

**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

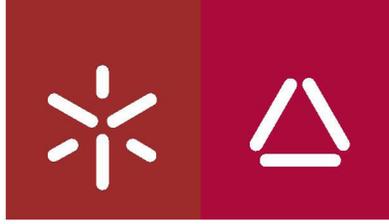
Custódia Maria Almeida das Rosas

**«Braga Barroca»: Roteiros  
para pessoas com mobilidade Reduzida**

Custódia Maria Almeida das Rosas «Braga Barroca»: Roteiros para pessoas com mobilidade Reduzida

UMinho | 2016

outubro de 2016



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Custódia Maria Almeida das Rosas

**«Braga Barroca»: Roteiros  
para pessoas com mobilidade Reduzida**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Paula Bessa**

outubro de 2016

## Declaração

**Nome:** Custódia Maria Almeida das Rosas

**Endereço Eletrónico:** cmarialmeida@gmail.com

**Número do cartão do cidadão:** 10568989

**Título de Dissertação:** «Braga Barroca»: Roteiros para pessoas com mobilidade Reduzida

**Orientador:** Professora Doutora Paula Bessa

**Ano de Conclusão:** 2016

**Designação do Mestrado:** Património e Turismo Cultural

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Agradecimentos

Chegou o momento de expressar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, José Maria das Rosas e Felicidade Pinheiro, todo o seu carinho e paciência e aos meus irmãos, principalmente ao João que me ajudou nos acessos a informações. Ao Diogo e à Beatriz Rosas, meus sobrinhos, agradeço terem partilhado comigo alguns conhecimentos bibliográficos.

À minha orientadora, a Professora Doutora Paula Bessa, por quem há muito tempo tenho admiração, agradeço o conhecimento que me transmitiu e ter-me estendido várias vezes a mão quando precisei de ajuda e de orientação.

À minha amiga Ana Cristina Pereira agradeço a sua amizade incondicional e o amparo moral que me foi dando até ao fim deste trabalho que, sem ela, não teria realizado. À Catarina Costa agradeço a preciosa ajuda que me prestou e a disponibilidade que demonstrou durante este meu percurso.

Ao meu amigo Pedro de Azevedo, colega de licenciatura e de mestrado, agradeço ter-me estimulado a enfrentar este desafio.

Quero aqui demonstrar e deixar claro o meu agradecimento e reconhecimento às associações ADOC (Associação Ocupação Constante) e APD (Associação Portuguesa de deficientes - Braga), bem como aos meus amigos com deficiências motoras que sugeriram que desenvolvesse este Projeto e que aceitaram colaborar no seu desenvolvimento.

A todos, muito obrigada.



**« Braga  
Barroca » :  
Roteiros para  
pessoas com  
mobilidade  
reduzida**



«Quando encontrares  
Alguém em dificuldade,  
Ajuda-o e dá-lhe a mão  
Sem hesitar;  
Porque a vida  
É uma roda de sorte  
E tu poderás  
Ser o próximo  
A precisar dessa ajuda».  
(Anónimo)



## Resumo

O presente Relatório de Projeto tem como objetivo central elaborar propostas de roteiros no âmbito do turismo cultural, roteiros alternativos para uma comunidade minoritária, para pessoas com deficiência motora e/ou utilizando cadeira de rodas.

A atividade turística, quer de motivação religiosa, quer civil, deve estar preparada para receber qualquer tipo de público, incluindo pessoas com deficiência motora, o que, segundo o seu perfil, implica a existência de condições de acessibilidade e de adequação às suas necessidades.

Atualmente, tem-se assistido, de uma forma geral, a uma maior sensibilidade para dar condições às pessoas com mobilidade reduzida, ou com outras imparidades, e bem assim, promover ações que visam aumentar a autonomia e independência dessas pessoas. Esta tendência manifesta-se em diversas realidades, incluindo a social, laboral e lúdica, na qual se inclui o turismo.

Seguidamente, fez-se uma caracterização sumária dos edifícios que incluímos nos roteiros turísticos, sustentada inicialmente por pesquisa bibliográfica. A informação compulsada foi utilizada para a criação dos roteiros turísticos que propomos.

Sujeitamos os roteiros a uma experiência que consideramos da maior importância: foram testados por pessoas com mobilidade reduzida e em cadeira rodas. Foi avaliada *in situ* efetiva capacidade dos edifícios selecionados facilitarem os seus acessos a estas pessoas. É que estamos convencidos de que projetos de acessibilidade para pessoas com dificuldades motoras ou em cadeira de rodas não podem ser desenvolvidos de forma eficiente por um gabinete de arquitetura ou de urbanismo ou de qualquer outra natureza sem serem que os projetos que desenvolverem sejam postos à prova, sendo experimentados e testados por pessoas que efetivamente têm deficiências motoras e/ou que têm que se deslocar em cadeira de rodas. Assim, no final da avaliação dos roteiros fazem-se propostas no intuito de promover a melhoria da acessibilidade e da mobilidade nos edifícios selecionados e nos quais foi conduzida esta experiência.



## Abstract

The main objective of this Project is to propose alternative cultural tourism routes for a minority community of people with mobility disabilities.

Tourist activity, whether based on religious or civil motivations, must be prepared to accept any kind of public, including people with physical disabilities and, according to their profile that implies the existence of conditions of accessibility to meet their needs.

Recently, there has been, in general, a greater sensibility to support people with reduced mobility or other impairments, as well as to promote actions aimed at increasing their autonomy and independence. This trend manifests itself in different situations, social, at work and playful, the later including tourism.

Therefore, in this Project Report, I characterize people with reduced mobility, using some available statistical indicators.

I also carried out a characterization of the selected touristic buildings initially based in information provided by the available bibliography. I used the information thus collected to design the tourist routes I present as inal products o this Project.

Afterwards, in my view, I conducted an experiment of the utmost importance: the tourist routes I designed were tested by people with reduced mobility and using wheel chairs. Together, we assessed access conditions to each of the buildings they include. Finally, each tourist route was evaluated and I present proposals in order to better conditions of accesss to and mobility in each selected building for people with reduced mobility and using wheel chairs.

One of the conclusions of this Project Report is that it is possible to promote tourism in the city of Braga for this public, although it is necessary to develop measures, strategies and public policies to overcome existing barriers. However, people with physical disabilities can enjoy day-to-day challenging, demanding but rewarding activities exploring Braga's baroque and rococo religious and civil patrimony.



## Acrónimos

**ADOC** – Associação de Ocupação Constante

**APD** – Associação Portuguesa de Deficientes de Braga

**AVC** - Acidente Vascular Cerebral

**CIF** – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

**CMB** - Câmara Municipal de Braga

**IIP** – Imóvel de Interesse Público

**INE** – Instituto Nacional da Estatística

**INR** – Instituto Nacional de Reabilitação

**MN** – Monumento Nacional

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**RTP** – Rádio e Televisão de Portugal

## Conteúdo

1	Introdução.....	1
1.1	Descrição de Projeto .....	2
1.2	Motivação.....	4
1.3	Metodologia .....	5
2	Estado da Arte.....	7
2.1	Pessoas com Mobilidade Reduzida .....	7
2.1.1	A deficiência.....	8
2.1.2	Tipos de Deficiências .....	10
2.1.3	A deficiência motora .....	10
2.1.4	A deficiência motora em Portugal.....	11
2.1.5	Aspetos mais relevantes sobre a mobilidade .....	13
2.1.6	Políticas e estratégias .....	14
2.2	Mecanismos usados para facilitar a mobilidade.....	15
2.2.1	Cadeira de Rodas .....	17
2.2.2	Andarilho .....	18
2.2.3	Canadianas e bengalas .....	19
2.3	A cidade de Braga.....	20
2.3.1	Estilo Barroco.....	21
2.3.2	Arco da Porta Nova - Arquitetura Civil .....	25
2.3.3	A Sé de Braga – A Catedral de Santa Maria .....	26
2.3.4	Palácio Moura Teles.....	28
2.3.5	Igreja dos Congregados, também denominado «da Congregação de São Filipe Néri.....	29
2.3.6	Igreja de S. Victor .....	31
2.3.7	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.....	32
2.3.8	Igreja do Pópulo .....	34
2.3.9	Paços Arcebispaes de Dom José de Bragança .....	35
2.3.10	Igreja de São Paulo (ou de São Tiago) .....	36
2.3.11	Palácio do Raio.....	37
2.3.12	Igreja de São Vicente .....	38
2.3.13	Santuário Bom Jesus do Monte .....	41
2.4	Turismo.....	42
3	Roteiros para pessoas com problemas de mobilidade .....	47

3.1	Experiencia de roteiros alternativos com a colaboração de sócia da APD .....	47
3.1.1	Planeamento do roteiro .....	48
3.1.2	Promoção do roteiro .....	48
3.1.3	Traçado .....	49
3.1.4	Descrição dos roteiros.....	50
3.1.5	Os pontos de interesse.....	55
3.1.6	Parcerias .....	56
3.1.7	Atividades associadas aos roteiros .....	56
3.2	Primeiro roteiro.....	58
3.2.1	Arco da Porta Nova.....	58
3.2.2	Sé Catedral de Santa Maria de Braga .....	60
3.2.3	Palácio Moura Teles.....	65
3.2.4	Igreja do Congregados .....	68
3.2.5	Igreja de São Victor.....	72
3.2.6	Igreja Ordem Terceira de S. Francisco.....	76
3.2.7	Igreja do Pópulo .....	83
3.3	Segundo roteiro.....	87
3.3.1	Paços Arcebispais de Dom José de Bragança .....	87
3.3.2	Igreja de São Paulo (ou de São Tiago) .....	90
3.3.3	Palácio do Raio.....	93
3.3.4	Igreja de São Vicente .....	95
3.3.5	Bom Jesus.....	98
3.4	Comentários aos roteiros analisados .....	101
3.5	Melhorias propostas .....	101
4	Conclusões .....	103
4.1	Síntese trabalho efetuado .....	104
4.2	Resultados mais importantes.....	104
4.3	Trabalho futuro .....	105

## Índice de Figuras

Figura 1.1 – Associação ADOC no roteiro para o caminho de Santiago .....	5
Figura 2.1 – Distribuição da população com deficiência, 2001 .....	11
Figura 2.2 - População residente com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido.....	13
Figura 2.3 – Rampa acessível.....	16
Figura 2.4 – Cadeira de Rodas - Fonte: (Invacare, n.d.) .....	17
Figura 2.5- Andarilho .....	18
Figura 2.6 – Canadianas e bengala.....	19
Figura 2.7 – Arco da Porta Nova.....	25
Figura 2.8 – Sé de Braga .....	26
Figura 2.9 - Portal dos Paços Arcebispaís reedificada por D. Rodrigo de Moura Teles .....	28
Figura 2.10 – Igreja dos Congregados.....	30
Figura 2.11 – Igreja de São Victor.....	31
Figura 2.12 – Igreja dos Terceiros .....	33
Figura 2.13 – Igreja São Paulo .....	36
Figura 2.14 – Palácio do Raio.....	37
Figura 2.15 - Igreja de São Vicente .....	39
Figura 2.16 – Igreja e escadório do Bom Jesus.....	41
Figura 3.1 – Ana na Rua dos Capelistas .....	48
Figura 3.2 – Ilustração do primeiro roteiro.....	50
Figura 3.3 – Ana no Largo da Porta Nova .....	50
Figura 3.4- Avenida Central .....	51
Figura 3.5 – Largo Senhora a Branca.....	52
Figura 3.6 – Ilustração do segundo Roteiro.....	53
Figura 3.7 - Dificil acesso.....	55
Figura 3.8 – Ana e amigos na Avenida Central.....	57
Figura 3.9 – Rua acessível .....	58
Figura 3.10 – Visita na Catedral Santa Maria de Braga .....	60
Figura 3.11 – Órgãos da Sé .....	61
Figura 3.12 –Rua do Cabido.....	64
Figura 3.13 - Chafariz do Largo do Paço .....	66
Figura 3.14 – Avenida Central: agradável .....	68
Figura 3.15 – Acesso à Igreja dos Congregados.....	69
Figura 3.16 -Vigília Pascal e Festa da Coroação de Nossa Senhora das Dores .....	70
Figura 3.17 – Sem Acesso Igreja de São Victor .....	73
Figura 3.18 – Acesso à Igreja Ordem Terceira .....	76
Figura 3.19 – Imagem Nossa Senhora dos Desamparados .....	78
Figura 3.20 – Praça Conde Agrolongo.....	82
Figura 3.21 – Visita à Igreja do Pópulo .....	83

Figura 3.22 – , Acesso à Biblioteca Pública .....	87
Figura 3.23 – Ana na Igreja de São Paulo.....	90
Figura 3.25 – Visita ao Palácio do Raio .....	93
Figura 3.24 – Porta Lateral de acesso à Igreja de São Vicente.....	95
Figura 3.26 – Visita ao Santuário do Bom Jesus .....	98
Figura 3.27 – Paisagem para o escadório.....	99



## 1 Introdução

O que nos motivou a desenvolver este Projeto foi a nossa estreita relação com as associações ADOC (Associação de Ocupação Constante) e APD (Associação Portuguesa Deficiente – Braga). Na verdade, as pessoas com deficiências motoras e/ou tendo que utilizar cadeira de rodas colocaram-nos as questões:

-somos de Braga; Braga apresenta-se aos visitantes, turistas e público em geral como, por exemplo, «Braga Barroca» e não está a «Braga Barroca» ao nosso alcance? Temos que estar excluídos desse aspeto e património da nossa cidade?

-Porque é que A Dra. Custódia Rosas não desenvolve Roteiros a propósito deste aspeto patrimonial bracarense para nós?

- Porque não haverá de, tendo concebido esses Roteiros, avaliar connosco as condições de acesso e de usufruição desses locais por pessoas como nós, com mobilidade reduzida e/ou tendo que usar cadeira de rodas?

Perante estas interpelações diretas e face às questões que me foram colocadas, não tive coragem nem vontade de recusar estes desafios que assim me foram apresentados.

Desta forma, resolviam-se várias questões: qual a natureza do trabalho final de mestrado? Obviamente, teria que ser, não uma Dissertação, não um Estágio, mas sim um Projeto que desse resposta às pretensões que me foram colocadas (desenhar Roteiros a propósito da «Braga Barroca» para pessoas com mobilidade reduzida, testar com elas as efetivas condições de acesso aos locais incluídos nos Roteiros e propor alterações sempre que se justificasse).

## 1.1 Descrição de Projeto

O Relatório de Projeto que agora se apresenta no âmbito do mestrado em Património e Turismo Cultural da Universidade do Minho insere-se no âmbito da criação de roteiros para pessoas com mobilidade reduzida. Os itinerários que nos propomos desenvolver neste âmbito resultam em dois Roteiros que incluem importantes igrejas e outras construções barrocas e rococó na cidade de Braga.

O que pretendemos é apresentar dois roteiros na cidade de Braga incluindo património adequado ao turismo cultural e religioso que já tenha condições para que pessoas com deficiência motora possam usufruir desse tipo de património ou, no caso de assim não ser, apontando as condições de acessibilidade necessárias para tal.

Devemos lembrar que a cidade de Braga oferece um panorama de enorme riqueza histórica, patrimonial e cultural (incluindo a vertente religiosa). No entanto, o acesso a lugares de grande valor patrimonial não é de todo alcançado por pessoas com deficiência motora, nomeadamente indivíduos que se deslocam em cadeira de rodas.

Certos edifícios (incluindo igrejas e outras arquiteturas do estilo barroco e rococó) têm obstáculos físicos que não permitem que as pessoas com limitações deste tipo possam desfrutar do património religioso. Com este projeto, pretendemos propor formas para reduzir esses obstáculos como, por exemplo, repor e retificar as rampas de acesso às igrejas; dominar barreiras dentro dos templos, nomeadamente superando degraus para que pessoas com cadeira de rodas possam, por exemplo, participar nas cerimónias litúrgicas. Desta forma, podemos contribuir para que a Igreja seja um espaço de maior acolhimento para pessoas com tais constrangimentos. É com base nesta problemática que se procura responder à seguinte questão:

- de que maneira o turismo cultural e religioso da cidade de Braga está preparado para receber pessoas com mobilidade reduzida?

Para dar uma resposta a esta questão será melhor formular hipóteses. A cidade de Braga possui diversos pontos turísticos religiosos com elevado interesse. Se uma ou várias pessoas com mobilidade reduzida e/ou em cadeira de rodas conseguirem visitar esses edifícios, identificando as suas características, então pode concluir-se se o turismo cultural e religioso e

bem como o relativo a certos edifícios civis em Braga está preparado para receber pessoas com mobilidade motora reduzida.

Formulamos roteiros turísticos a propósito do produto turístico que se tem desenvolvido como «Braga Barroca» que incluam os locais que consideramos mais importantes e que propomos como sítios de visita. As pessoas com mobilidade reduzida, visitando um ou, de preferência, vários desses edifícios, vão, então, percorrer esses roteiros. Em cada ponto turístico testa-se se a(s) pessoa(s) consegue(m) visitar os vários aspetos de valor desse local.

Após os roteiros percorridos fez-se então um levantamento dos pontos críticos, avaliando o nível de preparação desses locais para acolherem pessoas com mobilidade reduzida. De seguida, propuseram-se melhoria(s) para as condições de acesso e de mobilidade desses locais que integram os roteiros.

Finalmente, pretende-se também produzir uma reflexão sobre as potencialidades do turismo acessível na cidade de Braga face às condições que apresenta, propor um roteiro para uma população minoritária, no sentido de estimular os seus conhecimentos do património arquitetónico cultural e religioso barroco e rococó. Pretendemos também dar a conhecer o nosso trabalho às entidades responsáveis por estes edifícios para que considerem este segmento da procura no desenvolvimento do turismo.

\*

Sabe-se que existe em Portugal, assim como no resto do mundo, um número cada vez maior de pessoas com deficiência, sendo múltiplas as causas de deficiências.

De acordo com o “*Guia de Boas práticas de Acessibilidade na Hotelaria*” (de Portugal, 2012), turismo é um bem social, de importância primordial, que deve estar ao alcance de todos os cidadãos, sem que nenhum grupo de população seja excluído, independentemente das circunstâncias, sejam elas pessoais, sociais, económicas ou de qualquer outra natureza. Contudo, atualmente, o turismo ainda não é uma atividade acessível a todos os cidadãos, com especial realce, para as pessoas com mobilidade condicionada ou com outras limitações de natureza motora (de Portugal, 2012).

## 1.2 Motivação

A pessoa com mobilidade reduzida é capaz de ultrapassar vários obstáculos. Cada indivíduo, cada deficiência, é um caso ao qual não podemos, nem devemos reagir com uma mera declaração do tipo “aquele é capaz”, “aquele não é capaz”. cremos que uma pessoa é a totalidade das experiências vividas, seja pelas oportunidades que se lhe ofereceram, pela escolaridade que adquiriu, pelo desenvolvimento psicológico, e, também, pela maturidade espiritual. Por isso, é comum aparecerem pessoas com a mesma deficiência motora mas com trajetórias de vida muito diferentes. Assim, as pessoas com deficiência motora, apesar das semelhanças das limitações, não são de forma nenhuma iguais. Avaliações genéricas de pessoas com deficiências, considerando-as todas de forma uniformizada, são muito comuns na nossa sociedade e tais atitudes não têm fundamentação sólida, nem informada e nem são coerentes.

Nunca é demais salientar que o público-alvo em estudo precisa de ser aceite, incluído, reconhecido e valorizado. Portanto, neste caso, cabe às entidades, quer religiosas, quer civis da cidade de Braga avançar com o desenvolvimento de soluções de acessibilidade e para compensar as diversas barreiras que possam existir e impedir a pessoas com mobilidade reduzida e/ou em cadeira de rodas o acesso e usufruição dos locais com valor patrimonial na cidade de Braga.

Mas há exemplos de boas práticas relativamente à inclusão de pessoas com mobilidade reduzida como, por exemplo, a associação ADOC (Figura 1.1) que promove a “não separação” das pessoas ditas “normais” das pessoas com deficiência motora para que os “estigmas” que marcam estas possam, pouco a pouco, desaparecer. Esta comunidade precisa de esperança numa sociedade inclusiva, igualitária, ética, em suma, humana.



Figura 1.1 – Associação ADOC no roteiro para o caminho de Santiago

### 1.3 Metodologia

A metodologia que seguimos caracterizou-se, por um lado, pela reunião, análise e cruzamento de várias bibliografias e, por outro lado, pela pesquisa em vários *Websites*.

O território abordado neste trabalho, a cidade de Braga, situado na antiga província do Minho, é a base para a definição e proposta de roteiros acessíveis para uma comunidade de mobilidade reduzida e/ou com cadeira de rodas.

Sendo o turismo um sector/indústria claramente verticalizado, sofisticado (Little, 1994), procuramos potenciar as “horizontalidades” do sistema turístico onde, no processo de globalização (Guiddens, 2000), as procuras da diferença, das especificidades, de tradições e modos de vida, dos patrimónios culturais e naturais possam constituir “matéria – prima” para transformar patrimónios em recursos/ produtos turísticos.

Para a realização do trabalho de campo recorreu-se à colaboração de uma pessoa em cadeira de rodas que possui conhecimentos em roteiros acessíveis, publicados pela ADOC (Associação de Ocupação Constante). Assim, esta experiência foi tida em conta, uma vez que já

conhece as problemáticas da vida ativa de um cidadão com deficiência nesta condição física e na cidade de Braga. Atendendo aos obstáculos com os quais supúnhamos que nos iríamos deparar em certas arquiteturas barrocas e rococó na cidade de Braga, convidamos a Ana Cristina Pereira a verificar se este tipo de património arquitetónico é (ou não) para todos.

O universo de locais de interesse turístico considerados na conceção do roteiro acessível incluiu também Café Astória, Café Viana, Café Brasileira, Jardim da Avenida, Hotel Mélia, Parque Natural do Bom Jesus. O desenvolvimento do projeto foi acompanhado pela APD - Associação Portuguesa de Deficientes de Braga, Delegação Distrital de Braga e pela Câmara Municipal de Braga. É minha intenção debater as conclusões a que chegámos durante o desenvolvimento deste Projeto com todas as instituições relevantes.

## 2 Estado da Arte

### 2.1 Pessoas com Mobilidade Reduzida

O objetivo deste capítulo é o de apresentar o público-alvo para a participação em roteiros a propósito da «Braga Barroca».

Em Portugal, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência sentem-se e, muitas vezes, são mesmo discriminadas nas comunidades em que vivem, ou são excluídas por motivos de acessibilidade aos edifícios, mesmo incluindo os religiosos. O processo de exclusão social de pessoas com deficiência, ou com alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem.

Segundo Boaventura Sousa Santos “o conceito de cidadania implica a participação direta e ativa dos indivíduos na vida política de forma igualitária. Isto integra a condição e o instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e não a discriminação” (Santos, 1991).

Há um sem número de incapacidades que podem ser de natureza permanente ou temporária, visíveis ou não visíveis. Muitas das vezes, viver com uma incapacidade pode, por exemplo, significar que a mobilidade está condicionada numa determinada parte do corpo.

A deficiência, normalmente, não constitui obstáculo, mas só quando se depara com um meio físico inacessível é que a incapacidade surge. Seguramente, é no meio físico que se determina se as pessoas com deficiência podem plenamente participar na vida social da mesma forma que os outros cidadãos.

Então, o que será uma deficiência?

### 2.1.1 A deficiência

De acordo com a legislação portuguesa, no artigo 2, na lei n. 38/2004, de 18 de Agosto, considera uma pessoa com deficiência “aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas” (Saúde, 2004).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2004, referiu a importância de se considerar na deficiência a interação entre o modelo médico e o modelo social<sup>1</sup>. Tratou-se de uma mudança de paradigma, passando de um ponto de vista que encarava a deficiência como um problema individual que requereria uma ação limitada ao campo médico, seja ao nível da prevenção, seja ao nível do tratamento e da reabilitação médica.

Considere-se a seguinte citação:

**“O modelo médico considera a incapacidade como um problema da pessoa, causado diretamente pela doença, trauma ou outro problema de saúde, que requer assistência médica sob a forma de tratamento individual por profissionais. Os cuidados em relação à incapacidade têm por objetivo a cura ou a adaptação do indivíduo e mudança de comportamento. A assistência médica é considerada como a questão principal e, a nível político, a principal resposta é a modificação ou reforma da política de saúde.”**

Deste modo, começam a aparecer novos panoramas conceptuais que se inserem num modelo social, onde é enfatizado o papel do meio ambiente no processo que acentua as dificuldades e pode, até, conduzir à incapacidade por via das barreiras existentes. Assim, ao reconhecer que a incapacidade não é inerente à pessoa, a mesma é considerada como um conjunto complexo de condições (muitas das quais criadas pelo ambiente social), mudando-se o enfoque da deficiência para a diferença.

**“O modelo social de incapacidade, por sua vez, considera a questão principalmente como um problema criado pela sociedade e, basicamente, como uma questão de integração plena do**

---

<sup>1</sup> O termo "modelo" significa aqui constructo ou paradigma, o que difere da utilização deste termo na secção anterior. (extraído do mesmo link em cima, pág. 22)

indivíduo na sociedade. A incapacidade não é um atributo de um indivíduo, mas sim um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social. Assim, a solução do problema requer uma Ação social e é da responsabilidade coletiva da sociedade fazer as modificações ambientais necessárias para a participação plena das pessoas com incapacidades em todas as áreas da vida social. Portanto, é uma questão atitudinal ou ideológica que requer mudanças sociais que, a nível político, se transformam numa questão de direitos humanos. De acordo com este modelo, a incapacidade é uma questão política” (Saúde, 2004).

O Relatório Mundial sobre a deficiência (OMS, 2011) é uma ferramenta importante para compreender a complexidade da deficiência. Neste Relatório adequaram a nova classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF), aprovada na 54ª Assembleia Mundial de Saúde em Maio de 2001, para efeito de uma classificação internacional desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde.

A CIF pertence à “família” das classificações internacionais da Organização Mundial de Saúde (OMS) a atuar em vários aspetos de saúde. A “família” de classificações internacionais da OMS proporciona um sistema para a codificação de uma ampla gama de informações (diagnóstico, funcionalidade e incapacidade, motivos de contacto com os serviços de saúde) e utiliza uma linguagem comum padronizada que permite a comunicação sobre a saúde em todo o mundo e entre várias disciplinas e ciências (Saúde, 2004). Para esta entidade, deficiências são problemas nas funções ou na estrutura do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda”, (Saúde, 2004).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, deficiência é o substantivo atribuído a toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica. Refere-se, portanto, à biologia do ser humano, (L. G. Oliveira, 2014).

### 2.1.2 Tipos de Deficiências

Segundo a Classificação Internacional da OMS podemos definir a deficiência no domínio da saúde como qualquer perda ou alteração, temporária ou permanente da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica de um indivíduo, (LOURO, Cristina, 2001).

Podemos classificar as deficiências como:

- Motoras
- Sensoriais – Visão e audição
- Intelectuais
- Psíquicas
- Orgânicas
- Multideficiência

(LOURO, Cristina, 2001)

### 2.1.3 A deficiência motora

O presente trabalho, como já foi explicado, propõe-se responder a questões colocadas por pessoas com deficiência motora.

Diz-nos a Organização Mundial de Saúde (OMS) que a deficiência motora abrange “todas as alterações ou deficiências orgânicas do aparelho motor ou do seu funcionamento, que afetam o sistema ósseo, articular, nervoso e/ou muscular”. No que diz respeito a uma pessoa que é deficiente motor, temos de considerar sempre três aspetos: a deficiência propriamente dita, a incapacidade e o “handicap” ou limitação. A deficiência propriamente dita pode ser congénita, ou seja, estar presente desde o nascimento, ou adquirida, que consiste essencialmente numa alteração anatômica ou estrutural que o afeta posteriormente. É considerada assim, como envolvendo uma perda de capacidade, afetando diretamente a postura e/ou o movimento, resultado de uma lesão congénita ou adquirida nas estruturas reguladoras do movimento no sistema músculo-esquelético e controlo neurológico (Gomes, 2009).

#### 2.1.4 A deficiência motora em Portugal

A 12 de Março de 2001, o Recenseamento da População apurou 636 059 pessoas com deficiência, de acordo com os critérios definidos nesta operação estatística.

Segundo os dados dos Censos de 2001, ilustrados na (Figura 2.1), a população com pelo menos um tipo de deficiência representava 6,1% da população residente total em Portugal, sendo mais elevada entre os indivíduos do sexo masculino (6,7% contra 5,6% da população feminina).

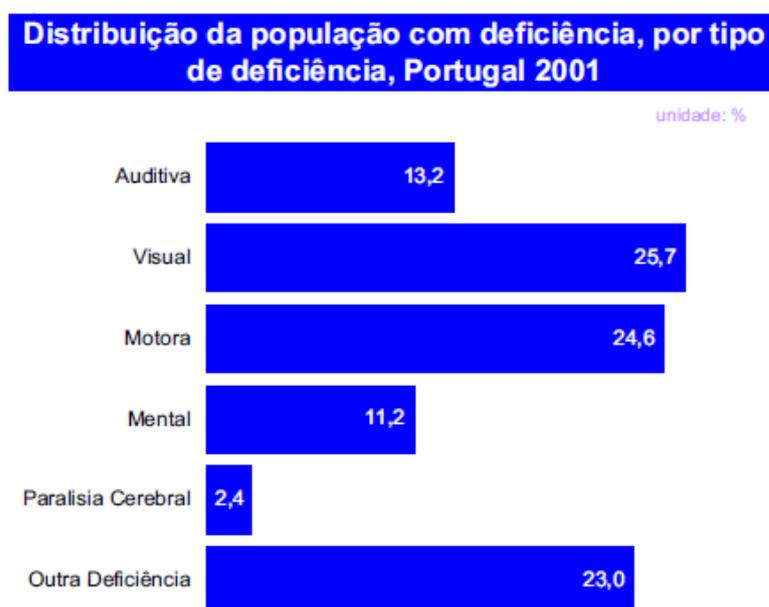


Figura 2.1 – Distribuição da população com deficiência, 2001

Fonte: (Gonçalves, Cristina, 2003)

Do total de pessoas com deficiência, quase 40% referiam-se ao nível sensorial (auditiva e visual), embora com uma diferença significativa entre os dois tipos: as pessoas com deficiência visual representavam quase o dobro das que observavam alguma deficiência do tipo auditiva.

Já a deficiência visual foi a única que registou um maior número de mulheres (52,4% contra 47,6% dos homens).

A ponderar com maior ênfase é a deficiência motora que foi apontada por cerca de 25% do total das pessoas com deficiência. Esta modalidade registou, por sua vez, a maior diferença entre os dois sexos, superior para os homens: 56,9% contra 43,1% das mulheres.

A deficiência mental, com 11,2% e a paralisia cerebral, com 2,4%, eram os tipos de deficiência menos representativos na população residente à data dos Censos 2001.

Por último, as outras deficiências contabilizavam 23,0% do total do grupo populacional em análise, também se distinguindo mais no sexo masculino.

Dez anos mais tarde, verificou-se uma falha grave no que à classificação das deficiências diz respeito. Nomeadamente, relativamente ao seu registo estatístico.

Nos Censos 2011, ignoraram a realidade das pessoas com deficiência, o que suscitou várias críticas ao Instituto Nacional de Estatística (INE) pelo presidente da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Humberto Santos. Este reprovava a formulação das perguntas incluídas nos Censos 2011, acusando o Instituto Nacional de Estatística (INE) de “omissões graves”. À denúncia de que o “instrumento censitário” em curso vai deixar por “apurar o universo das pessoas com deficiência”, o Instituto responde com o argumento de que “as questões foram preparadas em estreita articulação com o Instituto Nacional de Reabilitação, (Neves, Carlos Santos, RTP Noticias, 2011).

Confrontado com as críticas, o Instituto Nacional de Estatística sublinhou que as perguntas preparadas para os Censos 2011, “sobre o tipo de dificuldades que as pessoas sentem”, conforme observado na (Figura 2.2), resultaram de uma “estreita articulação com o Instituto Nacional de Reabilitação (INR)”. Numa resposta por e-mail ao *site* da RTP, o Serviço de Comunicação e Imagem do INE argumentou ainda que as questões são “as que mais se coadunam com as propostas do Washington Group on Disability Statistics das Nações Unidas, que tem como finalidade a utilização de uma metodologia internacionalmente comparável” (Neves, Carlos Santos, RTP Noticias, 2011).

Zona geográfica	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Portugal												
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	9159012	4469642	9546329	4570171	9099531	4466247	9424154	4555814	9607974	4629592	9679642	4633266
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	892860	318600	506342	218603	875129	296350	552937	205539	323451	115416	331860	139871
Não consegue efetuar a ação	27659	11962	26860	11430	104871	37607	102440	38851	148106	55196	68029	27067

Figura 2.2 - População residente com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido

Fonte: (INE-Censos, 2011)

Assim, em 2011, a informação recolhida teve como objetivo retratar as limitações das pessoas face a situações da vida real, que, de algum modo, afetem a funcionalidade e a sua participação social. Substituiu-se, desta forma, a avaliação baseada em diagnósticos de deficiências, para uma avaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais.

Foram observados seis domínios de funcionalidade (ver, ouvir, andar, memória/concentração, tomar banho/vestir-se sozinho e compreender/fazer-se entender) através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (auto-avaliação) diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento), conforme se verifica na (Figura 2.2).

### 2.1.5 Aspetos mais relevantes sobre a mobilidade

Como já referimos, a deficiência motora resulta de uma disfunção física ou motora, a qual poderá ser congénita ou adquirida por doença ou acidente. Este tipo de deficiência poderá ser temporária ou permanente, dependendo da respetiva causa e poderá assumir uma maior ou menor gravidade. Pode, também, decorrer de lesões neurológicas, neuromusculares ou ortopédicas, afetando o indivíduo no que diz respeito à sua mobilidade e coordenação motora. Do conjunto de produtos de apoio disponíveis, destacam-se as canadianas, os andarilhos, as bengalas e as cadeiras de rodas manuais e elétricas.

De acordo com o *Guia das boas práticas de acessibilidade hoteleira*, existem necessidades especiais das pessoas com mobilidade condicionada:

- informação precisa e atual sobre o grau de acessibilidade do lugar para onde se dirigem (degraus, rampas, elevadores, larguras das portas, existências de instalações sanitárias adaptadas);

- acesso total às infraestruturas e respetiva utilização;
- ajudas técnicas e produtos de apoio (cadeiras de banho, rampas amovíveis, canadianas, andarilhos, etc.), para compensar as diversas barreiras que possam existir;
- respeito pelo ritmo das pessoas com mobilidade condicionada;
- locais e assentos ao longo do percurso para descanso;
- assistência para subir escadas, caso seja necessário;
- apoio no transporte de bagagem ou embrulhos, etc.;
- assistência para se transferirem da cadeira de rodas para outro assento;
- utilização de superfícies antiderrapantes para se evitarem quedas;
- em caso de emergência, receberem atenção prioritária (de Portugal, 2012)

#### 2.1.6 Políticas e estratégias

Existem a nível nacional e internacional instrumentos que constituem referências fundamentais no âmbito da temática da defesa dos direitos das pessoas com deficiência/incapacidade ou com mobilidade condicionada:

- Art.º 71º Constituição da República Portuguesa – este artigo visa assegurar o reconhecimento dos direitos e deveres das pessoas com deficiência (AR, 2005);
- Plano de Acção a favor das Pessoas com deficiência 2006-2015 do Conselho da Europa – pretende responder às necessidades das pessoas com deficiência e incapacidade com serviços inovadores e de qualidade; (INR, 2006)
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (Julho 2009) – as suas conclusões pretendem contribuir para promover e proteger os direitos fundamentais e garantir condições de vida dignas às pessoas com deficiência (INR, 2011)

No caso específico da atividade turística, esta é considerada como um direito de todos, conforme se prescreve no art.º 7.º do Código Mundial de Ética do Turismo, que defende que todos devem ter a possibilidade de aceder, direta e pessoalmente, à descoberta das riquezas do planeta e preconiza que qualquer pessoa deve ter acesso fácil e autónomo aos equipamentos e

serviços turísticos, independentemente das suas características ou limitações de mobilidade (Etchis and Social Responsibility, 1999).

## **2.2 Mecanismos usados para facilitar a mobilidade**

Nesta secção, faz-se uma apresentação de alguns mecanismos utilizados para aumentar a mobilidade de pessoas com imparidades físicas. Os mecanismos aqui apresentados são os tipicamente utilizados para melhorar a mobilidade, conforme descrito no capítulo seguinte deste projeto. Um estudo mais aprofundado destes mecanismos está fora do âmbito deste trabalho.

A acessibilidade e inclusão social em Braga têm sido objeto de discussão pública, contudo a adaptação das edificações às normas de acessibilidade ainda não tem sido feita, em muitos casos, de forma correta. O Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto, veio revogar o decreto-lei nº123/97, de 22 de Maio, com o objetivo de precisar melhor alguns aspetos que não facilitaram a cabal aplicação deste diploma e alargar as normas técnicas de acessibilidade aos edifícios habitacional.

### **Rampas**

As rampas apresentam-se como uma alternativa às escadas, sendo utilizadas quando é necessário vencer um desnível, facilitando o acesso das pessoas com dificuldades de locomoção e, sobretudo, quando tendo que utilizar cadeira de rodas (Ruchaud, 2011). Nestes casos, uma rampa com inclinação acentuada torna muito difícil ou até impossível a sua utilização por pessoa usando cadeira de rodas, seja manual ou elétrica. Seria preferível prolongar o comprimento da rampa para, conseqüentemente, diminuir o seu grau de inclinação. Este assunto foi objeto de estudo pela arquiteta Ana Carolina Moura que propôs mesmo uma fórmula para calcular as medidas relativas adequadas ao bom funcionamento de rampas. A (Figura 2.3) ilustra um exemplo duma rampa.

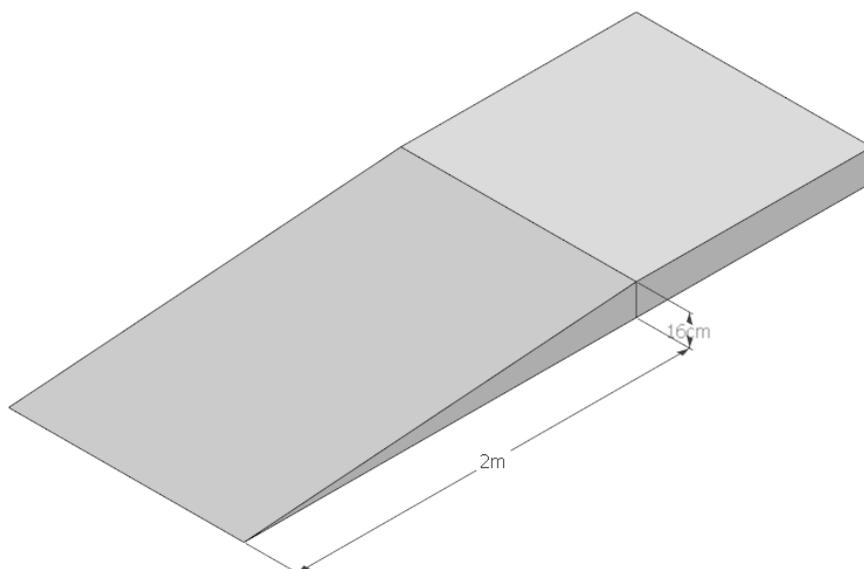


Figura 2.3 – Rampa acessível

Fonte: (Moura, Ana Corolina- ADED- revista de arquitetura, 2015)

O cálculo do comprimento da rampa é bastante simples. O valor da inclinação da rampa é nada mais, nada menos que a relação entre a altura e o comprimento da mesma em porcentagem (Ruchaud, 2011). Por exemplo, uma rampa com 8% de inclinação é aquela em que o valor da altura corresponde a 8% do valor do comprimento. Para se poder determinar o valor de inclinação duma rampa, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Inclinação} = (\text{altura/comprimento}) * 100\%$$

Utilizando esta fórmula para a rampa da (Figura 2.3), tem-se que

$$\text{Inclinação} = (0.16/2) * 100 = 8\%$$

Na construção duma rampa, devem ter-se em consideração as normas de acessibilidade, que, para o caso das rampas, definem que a sua inclinação não deve ser superior a 6% e o comprimento não deve ser superior a 6 metros. No caso de a rampa ter mais que 6 metros, devem ser construídas duas rampas, com passagem horizontal a ligar ambas. Estes e os restantes critérios para a construção de rampas estão descritos no decreto de lei 123/97 de 22 de Maio (Diário da República, I Série, Decreto-Lei n.º 123/97, 1997). Por exemplo, para a rampa

ilustrada na figura acima, considerando uma inclinação máxima de 6%, o comprimento da rampa deveria então ser:

$$\text{Comprimento} = \text{altura} * 100 / \text{inclinação}$$

$$\text{Comprimento} = 0.16 * 100 / 6 = 2.7 \text{ metros.}$$

As rampas destinam-se a pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente aquelas que circulam em cadeira de rodas, que utilizam canadianas, andarilhos ou bengalas. Assim, lembramos que mobilidade reduzida é um termo que se aplica também a idosos, grávidas e até mães com carrinho de bebés (Moura, Ana Corolina- ADED- revista de arquitetura, 2015).

As rampas são muito utilizadas em locais turísticos e de utilidade pública. Neste aspeto, e ao contrário do que costuma acontecer, o acesso, garantido por lei, deveria ser universal (Moura, Ana Corolina- ADED- revista de arquitetura, 2015).

### 2.2.1 Cadeira de Rodas

Uma cadeira de rodas é uma cadeira montada sobre rodas que é utilizada por indivíduos com dificuldades de locomoção, podendo ser movida manualmente (Figura 2.4-a), empurrada por alguém ou com motor elétrico (Figura 2.4-b), (dicionario sensagent., n.d.).



a) Manual



(b) Motor Elétrico

Figura 2.4 – Cadeira de Rodas - Fonte: (Invacare, n.d.)

As cadeiras de rodas são extensivamente utilizadas por pessoas com deficiências físicas ou de mobilidade para se movimentarem com a maior independência possível. Em termos de acessibilidade, especificamente em locais com escadas, as pessoas com cadeiras de rodas necessitam de utilizar rampas, conforme descrito na secção anterior. Alguns organismos disponibilizam cadeiras de rodas para as pessoas com imparidades físicas ou outras poderem deslocar-se no respetivo espaço, tal como, por exemplo, alguns centros comerciais.

### 2.2.2 Andarilho

O “andarilho”, (Figura 2.5), fornece uma base de apoio mais ampla do que os outros auxiliares de marcha, rodeando o utilizador por três lados e apoiando-se no chão por quatro ou mais pontos (Silva, 2012).

Tem como vantagens uma estabilidade reforçada, dar um sentimento de segurança e uma sensação de envolvimento. Sendo utilizado por indivíduos que não podem fazer carga total num ou nos dois membros inferiores, que possuem marcha desequilibrada, dor ou fadiga (em suma, pessoas que necessitam de ajuda à locomoção), a utilização do andarilho está maioritariamente associada a doenças neurológicas, por exemplo, Acidente Vascular Cerebral (AVC) e doenças osteoarticulares, por exemplo, osteoporose, alterações nas articulações metatarsofalângicas (Silva, 2012).



Figura 2.5- Andarilho

Fonte: (Copyright OrthorehAB, 2015)

As funções do andarilho são fundamentalmente operar como um produto de apoio, a considerar de modo definitivo ou como um instrumento de reeducação. Além de promover uma deambulação segura e aliviar a tensão nas articulações, funciona também como um estimulador de movimento/convalescença, podendo ser usado em situações de pós-operatório, por exemplo, fratura do colo de fémur (Silva, 2012).

### 2.2.3 Canadianas e bengalas

Os dispositivos auxiliares de marcha são usados com frequência por idosos ou pessoas afetadas por problemas nos ossos e articulações, com fraturas e artroses. As canadianas e as bengalas são as mais conhecidas, para além do andarilho referido em cima (Hatem, n.d.).



Figura 2.6 – Canadianas e bengala

Fonte:(Copyright OrthorehAB, 2015)

Estes instrumentos, (Figura 2.6), são usados para fornecer maior liberdade de movimento e independência, enquanto ajudam no equilíbrio. Alguns estudos atestam que estes dispositivos aumentam a confiança e o sentimento de segurança nas pessoas que as utilizam, principalmente os idosos. Além disso, a carga nas articulações do membro inferior pode ser reduzida, aliviando a dor articular e compensar fraquezas ou lesões (Hatem, n.d.).

## 2.3 A cidade de Braga

Firmada em plano fértil, sopé ocidental da serra da Falperra, a cidade de Braga é bodejada a sul pelo rio Este, e dista seis km, para nordeste, da confluência entre os rios Cávado e Homem. A origem do topónimo é associada à suposta fundação galo-celta da urbe, ou seja, *Bracara* derivaria de «*Bracca*», peça da indumentária indígena; *braccatus* tomaria, em latim, o significado de estrangeiro ou bárbaro.

A região foi conquistada pelos Romanos e a situação estratégica do aglomerado preexistente terá determinado a fundação de *Bracara Augusta* (*Augusta* em homenagem ao imperador Octávio César Augusto), em 27 a.C., tornada capital da *Galecia* e seu centro administrativo, jurídico, económico e espiritual. Sob o domínio romano tornou-se ainda plataforma fundamental no sistema de transportes no Noroeste peninsular, sendo atravessada por muitas das principais vias romanas, (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

Cidade de remotíssimas origens que se perdem nas brumas de muitos milénios de existência, não conserva tantos monumentos como seria de esperar da importância de que foi gozando como capital da *Galecia*, sede de *conventus* jurídico romano, mais tarde, cabeça do Reino Suevo, diocese, primaz das Espanhas, perdida e restaurada.

As invasões que sofreu no decorrer dos tempos, destruições ao longo dos tempos, determinaram a perda inevitável de muitos dos seus valores artísticos. Ainda é admirável o que existe, o que, podemos considerar, nos foi legado (Vários, 1976)

A cidade de Braga, nos finais do século XVII e no século XVIII, vai revestir-se com roupagens barrocas, “*para maior glória de Deus e da Igreja*”, como dizia o Papa Urbano VIII e pela mão dos arcebispos D. Rodrigo de Moura Teles, D. José e D. Gaspar de Bragança.

O centro histórico de Braga reúne um valioso património arquitetónico e arqueológico, com exemplos de construções civis, religiosas e de traça popular, especialmente notáveis no que diz respeito ao seu património romano e a partir de então (Vários, 2010).

Assim, Dom Rodrigo Moura Teles (1704-1728) tinha 64 anos ao chegar a Braga. O seu carácter aproximou-o dos engenheiros e militares, os únicos que no Minho tinham uma certa formação que lhes dava competências mais eruditas no que se refere à arte de edificar.

Depois de um longo período de *sede vacante*, durante o qual o governo da arquidiocese e a gestão dos seus rendimentos foi feito pelos cônegos, coube o arcebispado a D. José de Bragança (1741-1756), homem de sangue real e formação em Évora, com os Jesuítas, (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

A cidade de Braga tem um vasto e rico património religioso incluindo a catedral e o complexo de edificios a ela associados, igrejas, santuários, conventos, mosteiros, capelas, sendo conhecida como “Roma Portuguesa” e “Cidade dos Arcebispos” (M. Costa, 2013).

Situada no coração da fértil antiga província do Entre Douro e Minho, Braga é a cabeça de um concelho densamente povoado. O conjunto montanhoso, constituído pelas serras de Carvalho (479m) e de Picos (566m), pelo Monte do Sameiro (572m) e pelo Monte de Santa Marta (562), emoldura vigorosamente, a Leste e a Sul, a cidade. A parte Norte inclina-se suavemente para o Rio Cávado, entre elevações cobertas de arvoredos e generosas veigas prodigamente irrigadas. O concelho de Braga é atravessado pelo Rio Este, que nasce entre as serras do Carvalho e dos Picos e vai morrer no Ave, perto de vila do Conde (Azeredo, António Carlos Bastos, 2007).

Victor Ferreira e Reinaldo Dias referem que as relações entre o turismo e as cidades são cada vez mais evidentes. Ao aumentarem as exigências do consumidor de serviços – quando se desloca, a sua satisfação não se resume apenas a um determinado atrativo – aliás, talvez o motivo mais evidente pelo qual viajou seja uma experiência, que, no seu todo, lhe tenha agradado em dado momento. E, neste contexto, as cidades tornam-se num local de referência fundamental para o turista (Figueira, Vitor Manuel do Sacramento; Dias, 2011).

### **2.3.1 Estilo Barroco**

O Guia American Express, *Norte de Portugal e Galiza* afirma a existência de um passado histórico comum e as afinidades que a proximidade e o decurso da História determinariam nas regiões do Norte de Portugal e da Galiza e que, por vezes, criaram elos comuns na arquitetura e nos estilos estéticos predominantes. A mobilidade dos arquitetos, artistas, artesãos e mestres-de-obras que cruzavam as fronteiras ao sabor das encomendas ou da existência de grandes estaleiros de construção, contribuiu igualmente para a aproximação das linguagens plásticas, principalmente dos estilos românico, barroco e neoclássico (Vários, 2010).

Como já explicámos na Introdução, o que nos foi solicitado foi a apresentação de Roteiros a propósito do produto turístico que se vem afirmando como «Braga Barroca».

Para além de Braga possuir arquitecturas que precocemente a nível nacional incluem aspetos decorativos ao gosto barroco, a talha dourada e o azulejo barrocos apresentam-se em Braga em conjuntos decorativos impares. Assim, em Braga, o barroco (tal como o rococó), para além das suas manifestações arquitetónicas, fez-se acompanhar de excelentes trabalhos de azulejaria e em talha, imaginária e escultura. Aliás, seria no campo da ornamentação que o barroco ganharia maior originalidade em Portugal, tanto na decoração arquitetónica das frontarias (portais, janelões, empenas, torres) como na talha dourada e na azulejaria, quer de estilo “nacional”, quer de estilo joanino quer de estilo rococó (Vários, 1976).

O Barroco está ligado ao movimento da Contra-Reforma, uma reação da Igreja de Roma à emergência das novas correntes protestantes. Os jogos de luzes e sombras, os volumes diferenciados e as composições movimentadas caracterizam a arquitetura barroca (e também a talha e outros tipos de composição noutros *media*) e também os podemos encontrar em Braga (Vários, 2010).

### **Arquitetura**

Nos finais do século XVII, já uma exuberância decorativa de barroca se manifestava em várias igrejas de Braga com formas túrgidas, tal como na talha, inseridas em fachadas planas, sem movimento; o barroco ornamental está muitas vezes, inicialmente, associado a arquiteturas estruturalmente ainda maneiristas (Vários, 1976).

A riqueza do Brasil e a magnificência do reinado de D João V fomentaram um desenvolvimento artístico excepcional. Numerosos artistas estrangeiros, sobretudo o alemão Ludovice, italianos e franceses, convidados ou atraídos por bons proventos, deram novo rumo à arquitetura e às artes plásticas, no caminho do barroco. Mas o Norte e o Sul seguiriam trajetórias diferentes (Vários, 1976).

Luís Costa menciona que se deve ao Arcebispo D. Rodrigo Moura Teles a promoção da introdução e desenvolvimento do “primeiro” barroco em Braga, ao longo dos seus vinte e quatro anos de proveitosa administração, assinalada por uma grande generosidade, bom sentido de governação e pela difusão de obras que encomendou, espalhando pela urbe bracarense, e não só, o que contribuiu pela sua extraordinária vontade de renovação para que Braga seja hoje

considerada como uma das cidades onde o estilo barroco está representado de forma marcante, contribuindo assim para que Braga seja apresentada como “Cidade Barroca por excelência” (L. Costa, 1998).

Nos meados do século, o rococó, impõe-se com marca francesa ou germânica, a primeira, a partir de c. 1730, na corte e em Lisboa, a segunda no Norte, por via das gravuras de Augsburg com motivos decorativos que inspiraram decoradores e arquitetos (Vários, 1976).

## **Escultura**

No século XVIII, italianos e franceses e alguns portugueses formados em Itália, animaram a produção escultórica (Vários, 1976). Lugar de exceção teve a talha (de madeira) que alcançou, nos últimos anos do século XVII, um desenvolvimento original entre todas as formas de escultura decorativa barroca e, mais tarde, do rococó.

## **Talha**

A talha, aplicada profusamente nos retábulos, nos altares, nos coros, cadeirais, órgãos, púlpitos, tetos, arcos, grades, mobiliário, etc., forraram a folha de ouro as igrejas. Na primeira fase (1696), o estilo nacional, os elementos típicos dos retábulos são as colunas pseudo-salomónicas, torsas, que se prolongam através de arcos igualmente torsos e ligados entre si por travessões radiais e tendo como motivos decorativos parras e cachos, folhas de acanto enroladas, aves e *putti*, os retábulos-mor têm tribuna (uma estrutura piramidal com vários degraus, o trono, destinado à exposição do Santíssimo Sacramento) e os restantes são de nicho ou camarim (Vários, 1976).

Em Lisboa apareceram, em 1714, os primeiros retábulos do estilo Joanino. Em 1725 começou a difusão deste novo estilo e vai desaparecendo o “estilo nacional”. Sucedeu, assim, o estilo joanino (manifestando o gosto promovido pelo rei D. João V as suas muitas e importantes encomendas) ao “estilo nacional”. Caracterizam-no os elementos decorativos do barroco romano: conchas, palmas, volutas, festões ou grinaldas de flores e/ou frutos, baldaquinos, sanefas, cortinas (Vários, 1976). A estrutura dos retábulos inclui atlantes que suportam mísulas, das quais partem colunas salomónicas ou pseudo-salomónicas, nas quais se apoia um frontão curvilíneo interrompido, sobre o qual há anjos adolescentes com túnicas, sentados ou reclinados. Ao centro, no topo, existe medalhão; para além disso, temos quase sempre abaixo do medalhão, um baldaquino e lambrequim e, às vezes, cortinas fingidas.

No Alto Minho, e sobretudo em Braga e Viana do Castelo, a chamada “talha gorda”, é a mais vigorosa e monumental do rococó mundial, apresentando-se em composições de flores, volutas, palmas, folhas e concheados, por vezes, assimétricos, de perfis franzidos e auriculares, derivados dos ornatos das gravuras alemãs editadas em Augsburg (1740-1770) (Vários, 1976).

### **Azulejaria**

Existem dois tipos principais de azulejaria barroca, a da Grande Pintura (1690/ 1720-25) e a da Grande Produção. Mais tarde, aparece também a azulejaria rococó. Os trabalhos de azulejaria podiam ser mais baratos ou mais caros incluindo as variantes, de figura avulsa (cada azulejo é decorado com um motivo independente tal como flores, aves, quadrúpedes, figuras humanas, barcos, carrancas), painéis com albarradas ou vasos floridos (enquadrados por volutas ou figuras de golfinhos, sereias, meninos, etc.) ou painéis historiados figurando cenas religiosas ou profanas (Vários, 1976).

Assim, um dos elementos caracterizadores da azulejaria da Grande Pintura são as barras de enquadramento de recorte retilíneo e decoradas com folhas de acanto enroladas (Vários, 1976).

A azulejaria da Grande Produção (1725-55), a época das oficinas não só em Lisboa mas também no Porto e em Coimbra, oferecendo uma produção mais abundante; exigida pela generalização do gosto pelo azulejo (Vários, 1976).

Este tipo de azulejaria dispões de barras de enquadramento específicas, estando as laterais decoradas com pilastras fantasiosas e as superiores (e, por vezes, a inferior) decoradas com grinaldas, cortinas, volutas flanqueando medalhão, cara ou concha.

Braga, tendo sido durante séculos sede de uma arquidiocese que foi uma das mais extensas dioceses portuguesas; não admira, pois, que nesta cidade se destaquem os perfis de muitas igrejas e complexos construtivos de cariz religioso. No entanto, Braga dispõe também de um importante património barroco e rococó no campo da arquitetura de habitação (de carácter mais comum ou de carácter palaciano) e institucional.

Podemos dizer que a arquitetura barroca do século XVIII, na cidade, começa em 1686, data em que o arcebispo D. Luís de Sousa mandou fazer a nova igreja de S. Victor. Logo se

seguiram as construções das novas igrejas de S. Vicente e Terceiros de S. Francisco, cujas obras se prolongaram por três longas décadas, (E. P. de Oliveira, 1993).

### 2.3.2 Arco da Porta Nova - Arquitetura Civil

O Arco da Porta Nova é um dos ex-líbris de Braga, (Figura 2.7), dá acesso ao centro histórico onde se concentram inúmeros monumentos. Esta “Porta Nova” é um exemplo deste movimento de atualização estética da cidade, de cariz tardo-barroco e rococó, no qual André Soares foi uma figura preponderante. O projeto do novo arco de Braga tem vindo a ser atribuído a este artista, muito embora a sua concretização (1772) seja já posterior à sua morte, ocorrida em 1769 (Smith, 1973).



Figura 2.7 – Arco da Porta Nova

Na parte superior, uma figura de mulher, empunhando uma lança, simboliza a cidade de Braga, tendo aos pés o brasão do Arcebispo D. José de Bragança, seu edificador, encimado pelo chapéu e ladeado pelas borlas adequadas ao seu estatuto. Na parte posterior, em nicho próprio, encontrou-se a venerável imagem de Nossa Senhora da Torre, padroeira da cidade (Camara Municipal de Braga, 1950).

### 2.3.3 A Sé de Braga – A Catedral de Santa Maria

#### Inovações barrocas numa Sé de origem românica

##### Arquitetura

Narra a tradição que foi fundada pelo apóstolo São Tiago, quando ainda vivia a Mãe de Deus e a ela consagrada. Não há, no entanto, quaisquer vestígios que o confirmem nem, em concreto, da sua edificação porque, pelos anos 714, Braga foi invadida, destruída e praticamente despovoada pelos Mouros. No local onde se encontra existiu um templo romano dedicado à Deusa Isis. Porém, cerca dos anos 1065 e durante o governo de D. Sancho II, Rei de Leão, ergueu-se uma nova igreja para servir de Sé, ficando como bispo da diocese restaurada, D. Pedro. Outro edifício foi mandado erigir e ampliar no século XII pelos condes de Portugal, D Henrique de Borgonha e sua mulher, D Teresa, num local onde se supõe ter estado primitivamente o templo antigo, pagão, devotado a Isis (Mendes, 1994).



Figura 2.8 – Sé de Braga

A catedral teve edificações várias, a partir do século XI, mas, mesmo o edifício românico que mais substancialmente sobrevive sofreu inúmeras alterações até ao século XVIII,

razão pela qual hoje reúne diversas parcelas arquitetônicas correspondendo a sucessivos estilos, (Figura 2.8). O românico, o gótico de diferentes fases e o barroco são, talvez, as principais formas de gosto que marcam o conjunto. No imponente interior de três naves destaca-se o coro alto com um magnífico trabalho de talha barroca setecentista (Vários, 2010).

O atual edifício da sé catedral de Braga tem fachada principal harmónica, composta por corpo central com portal, ladeado por uma torre de cada lado, com três naves, cobertura de madeira, arcos diafragmas que a sustentam, capitéis esculpidos, transepto saliente, portal aberto entre duas torres e outro lateral, a sul, constitui uma igreja que já foi considerada como modelo do “dialeto” românico de Braga-Rates. Alguns autores defendem que este edifício foi construído segundo os cânones arquitetónicos de Cluny, sob proteção dos prelados S. Geraldo e Maurício Burdino, ambos cluniacenses, e também por artistas de Cluny, que o Conde D. Henrique e D. Teresa inanciam para a execução da obra. No decorrer dos séculos a primitiva igreja foi profundamente modificada (Vários, 1976).

Wolffi citado por Bandeira refere que o estilo Barroco se impôs aos estilos antecedentes, com sentimento de ser o único legitimamente fundado e ao mesmo tempo infalível. Referem ainda que, a intervenção barroca se expressou na fachada com a abertura de grandes janelões e de nichos, no topo das torres (com coberturas influenciadas pelas volutas do baldaquino de Bernini) e com a transferência do gradeamento quinhentista da encomenda de D. Diogo de Sousa da capela-mor para a galilé (Bandeira, 2003).

A Sé catedral de Braga está incluída na Rota das Catedrais, tendo sido objeto de obras de conservação. O Cónego Doutor José Paulo Abreu, atual Deão da arquidiocese de Braga, garantiu que este novo modelo “trouxe muito mais gente a visitar o monumento”. O Deão do Cabido da Sé esclarece que “não se tratou apenas de cobrar a um bilhete de entrada na Sé, mas “requalificamos o serviço, implementamos todo um sistema de visitas guiadas nas línguas mais faladas da Europa: Inglês, Francês, Espanhol e Alemão” (Vilhena, 2015).

Eduardo Pires Oliveira conta que por toda a Catedral ecoavam magníficos órgãos barrocos oferecidos por D. Rodrigo logo tomados, logo trocados por outros ainda mais espantosos, os que foram construídos em plena Sé Vacante (E. P. de Oliveira, 1996)

A sé possui obras-primas de talha, uma das mais pujante artes decorativas de Braga. Miguel Bandeira salienta que, quem entra na sé, de baixo, levantando o olhar vislumbra a

alegoria do céu Barroco sonhado por Marceliano de Araújo e poderá escutar, se tiver sorte, o sopro angelical modelado pelo organeiro Simon Fontanes (Bandeira, 2003).

### 2.3.4 Palácio Moura Teles

D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) foi, provavelmente, depois de D. Diogo de Sousa, um dos arcebispos que mais contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Braga, encontrando-se ligado o seu nome à introdução do “primeiro” barroco em Braga e tendo sido responsável por muitas encomendas de obras que chegaram até aos nossos dias. No respeitante ao Paço Arqueiepiscopal (Figura 2.9), reconstruiu o corpo central do edifício (com escada interior de três lanços) e interveio nas alas nascente e poente (galeria) (Camara Municipal de Braga, 1950). No pátio exterior, em 1723, D. Rodrigo Moura Teles mandou edificar o lindíssimo chafariz “dos castelos” que ainda hoje ornamenta o antigo terreiro de entrada para os Paços Arcebispais (Vasconcelos, 1992). Este chafariz é encimado por uma figura armada de mulher, simbolizando Braga.



Figura 2.9 - Portal de entrada para a ala dos Paços Arcebispais reedificada por D. Rodrigo de Moura Teles

Algumas destas construções foram documentadas por Silva Tadim, citada por Maria Vasconcelos, que se refere à construção de:

“huma formosa casa de Relação com sua antesala por..... 3200\$000rs

(...) Huma propriedade de casas para o seu Desembargador Provisor correspondente à galeria do Paço por....2400\$000rs

(...) em obras que fez no seu paço e ornatos da sua capela por espaço de vinte e quatro anos e gastaria .....80000\$000rs; fez hum chafariz no terreiro do Paço que custou .... 1000\$00rs” (Vasconcelos, 1992).

O chafariz foi a última obra realizada no Largo do Paço. Vasconcelos citado por Sena Freitas descreve-o da seguinte maneira:

“ergue-se em pedestal sextavado, que sustenta um grupo de meninos a segurarem uma taça com pequenos castelos, formando seis torres e no centro dele eleva-se uma mais alta que remata com a figura da fama segurando na mão esquerda (sic) uma esfera armilar. É todo trabalhado em pedra fina da província”.

Por baixo da taça deste chafariz acham-se os seguintes caracteres: D.ROD. MAUR TELL, ECIT. ANNO1723.

### **2.3.5 Igreja dos Congregados, também denominado «da Congregação de São Filipe Néri**

#### **Inovações barrocas da Igreja dos Congregados**

##### **Arquitetura**

Testemunho da urbanização conventual que sentiram as cidades da Contra- Reforma, o projeto do edifício e igreja da Congregação do Oratório é atribuído a André Soares. A vigorosa fachada do templo alia-se à austeridade do granito que dá patine a toda a frontaria. Nesta igreja são de notar as tendências para uma maior abstração do desenho, patentes na poderosa cornija continua, que projeta o efeito de torção provocado pela elevação dinâmica dos janelões (Bandeira, 2003).



Figura 2.10 – Igreja dos Congregados

Foi fundada pelo Padre José do Vale em 1689, sob traçado de Manuel Fernandes (Vários, 1976).

Segundo Eduardo Pires Oliveira e Libório Silva, a construção da igreja dos Congregados foi feita por fases, por vezes longas, e estendeu-se por muitas décadas, desde 1703 (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

Oliveira e Silva referem que esta fachada é uma das obras maiores do tardo- barroco português e talvez europeu, (Figura 2.10). O primado é o da linha. Linha curva, contracurva, saliente, reentrante, numa exploração incrível dos efeitos visuais porque o sol incide nela sempre de forma rasante. Pode-se mesmo falar-se em abstracção (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

O interior, de uma só nave, é coberto por uma abóboda de berço abatida, com decoração de estuque sobre fundo verde. Além disso, os efeitos dramáticos gerados pela iluminação afectam toda a arquitetura e decoração. É obrigatória uma visita à pequena capela da Senhora. Aparecida que data de c.1761e cuja conceção foi certamente de André Soares (Vários, 1976).

Claro que há que ter em conta que uma das torres que ladeiam a igreja só foi concluída no século XX, para o que deu valioso contributo financeiro António Nogueira da Silva, entre outros.

### 2.3.6 Igreja de S. Victor

#### Inovações barrocas da Igreja de São Victor

##### Arquitetura

A frontaria da igreja de S. Victor apresenta uma estrutura muito semelhante à que observaremos quer na igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, quer na igreja de São Vicente, edificadas na mesma época.

Diz-nos Eduardo Pires de Oliveira que, no Minho, com os tempos do Barroco começou o uso de alguns ornatos barrocos na nova fachada da Igreja de São Victor, Braga (E. P. de et al Oliveira, 2011).



Figura 2.11 – Igreja de São Victor

Salienta o mesmo autor que, a igreja de São Victor, cuja fachada data de 1686, com linhas ainda rígidas, concebidas por um militar, Miguel Lescole, que escolheu para os capitéis adossados da porta principal o estilo jónico, como a querer dizer que as suas ideias ainda eram antigas. E escolheu também para separar o tímpano do resto da fachada um friso corrido com métopas e triglifos, numa harmonização livre das ordens clássicas (E. P. de et al Oliveira, 2011).

O templo inscreve-se num pequeno largo murado e protegido com grades, (Figura 2.11), assente numa plataforma empedrada a que se acede por uma escadaria decorada por volutas.

A igreja compõe-se de uma única nave, capela-mor, sacristias laterais e uma torre quadrangular adossada à cabeceira. A frontaria toda de granito, com pilastras nos cunhais, termina num frontão triangular em cujo o tímpano se dispõe o brasão do Arcebispo Luís de Sousa, responsável pela reconstrução do templo em finais do século XVII. O frontão é coroado por pináculos. O portal de verga reta, pilastras jónicas e frontão triangular, é sobrepujado por um óculo oval ricamente ornado. Lateralmente, abrem-se nichos de arco pleno e frontão triangular, com estátuas de dois arcebispos. Os alçados laterais que partem de um embasamento avançado, junto aos telhados, por bolas sobre plintos. A torre sineira, de três registos, termina numa cobertura piramidal (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

A Igreja de São Victor, situada na rua de São Victor, em Braga, freguesia de São Victor, concelho de Braga foi classificada como imóvel de interesse público pelo decreto 12977 de 29 de Setembro (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-g).

### **2.3.7 Igreja da Ordem Terceira de São Francisco**

#### **Inovações barrocas da Igreja dos Terceiros**

##### **Arquitetura**

Menciona Maria José Proença que esta igreja pertence à Ordem Terceira de S. Francisco de Braga e a todos aqueles que concorreram com esmolas para a sua edificação. Tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição cuja imagem esculpida se vê na parte superior da frontaria.

Esta igreja possui um traçado sóbrio, elegante e harmonioso,. Vemos este templo com pormenores decorativos interessantes caraterísticos da arte barroca de influência italiana (Proença, Maria José; Matos, Luís de, 2010).



Figura 2.12 – Igreja dos Terceiros

O corpo da fachada é, do ponto de vista estrutural, ainda de feição maneirista mas incluindo detalhes decorativos ao gosto barroco, (Figura 2.12). A Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco é datável de 1694 (como consta das cartelas na fachada principal e nela interveio Domingos Moreira de Moreira da Maia, Porto (E. P. de et al Oliveira, 2011).

A sua construção terá demorado de 1690 a 1733, data em se concluíram a capela-mor e a torre. O templo desenvolve-se em planta bastante alongada incluindo nave e capela-mor. Cinta todo o perímetro do edifício uma cornija proeminente, que separa os paramentos das fachadas, dos elementos do coroamento, organizados em ático. A frontaria apresenta um portal flanqueado por pilastras e rematado em frontão triangular, sobrepujado por uma rosácea circular e dois janelões do coro, estes cobertos de volutas. Acima da cornija superior da frontaria, eleva-se um frontão retangular em ático, flanqueado por pilastras ladeadas por aletas, e rematado por uma cornija sobre a qual se erguem dois pares de pináculos e uma cruz a meio (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007)

Na prumada dos cunhais da frontaria, erguem-se elegantes pináculos de bojo, pirâmide e bola, sobrelevados em plintos. A torre sineira ergue-se no prolongamento da capela-mor, com as ventenas dos sinos rasgadas nas quatro faces do registo superior, e remate em balaustrada, com coroamento em cúpula e lanternim (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

Sabrina Guerreiro e Liliana Pinto afirmam que o corpo da Igreja é composto pela grande nave cuja abóboda em pedra de formas geométricas se apoia em três arcos circulares. Na parte posterior encontra-se a capela-mor e a torre sineira; em área anexa desenvolve-se a sacristia (Guerreiro, Sabrina; Pinto, Liliana, co-autor; Braga. Arquidiocese. Instituto de História e Arte Cristãs, ed. lit.; Abreu, João Paulo Leite de, co-autor; Fernandes, Delfim, co-autor; Mesquita, José, 2011).

A Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, situada em Braga, Rua do Castelo, freguesia de São João do Souto, concelho de Braga foi classificada como imóvel de interesse público pelo decreto de procedimento prorrogado pelo Despacho n.º 19338/2010, DR, 2.ª série, n.º 252, de 30-12-2010 e parecer de 3-11-2010 da SPAA do Conselho Nacional de Cultura a propor a classificação como MIP (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-e).

### **2.3.8 Igreja do Pópulo**

#### **Inovações barrocas da Igreja do Pópulo**

O Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, Ermita de St Agostinho, mandaria edificar no vasto Campo da Vinha, durante os finais do Séc. XVI, uma igreja dedicada à matricial romana de Santa Maria do Pópulo, bem como o convento oferecido à mesma ordem. Mais tarde, Carlos Amarante intervirá nesta igreja, sem aniquilar a estrutura maneirista antecedente; sobretudo, o arquiteto respeitaria a linguagem barroca de fachada (Bandeira, 2003).

O nome desta Igreja veio-lhe da invocação da Virgem que se venera na igreja de Santa Maria do Pópulo, em Roma, na qual o Arcebispo tinha grande devoção, talvez por pertencer ao convento anexo da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, Ordem à qual o próprio arcebispo também pertencia (Camara Municipal de Braga, 1950).

#### **Arquitetura**

A fachada apresenta um portal simples, enquadrado por pares de colunas clássicas, sobrepujado por varanda e janelão de grandes dimensões. Remata a fachada eficaz frontão triangular, propondo-se a cada lado uma torre sineira com cobertura de linhas ondeadas barrocas. A fachada terá sido uma das primeiras obras do arquiteto Carlos Amarante., realizada cerca do ano 1780 (Veloso, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

De grande dimensão e extensão, o interior do templo apresenta uma nave alta, coberta por abóboda de berço e esquartelada em graníticos caixotões, reforçada por quatro arcos torais, dando-lhe firmeza e sobriedade. Além da capela-mor, tem sete capelas laterais. As três do lado esquerdo, a partir da porta principal, e as duas centrais, do lado direito, fazem parte do projeto original. As duas restantes do lado direito, são dos fins do século XIX (Velooso, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

\*

Agora passaremos a descrever pontos turísticos incluídos no segundo roteiro.

### **2.3.9 Paços Arcebispais de Dom José de Bragança**

Esta ala dos Paços Arcebispais é a primeira obra conhecida da arquitetura de André Soares. Do conjunto original, resta apenas a longa fachada (profundamente restaurada no século XX, uma vez que havia sido vítima de incêndio nos finais do século XIX), um edifício exemplar que permite compreender as mudanças que a arte estava a sofrer em Braga naqueles anos de oscilação entre dois estilos, o barroco joanino e o rococó (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

A colocação do edifício numa estrutura sobrelevada em relação à rua (e à Praça) viria a ser uma característica de toda a obra, que assim ganhava uma maior monumentalidade e destaque. No outro lado da praça, mas num nível bem inferior, o edifício da Câmara Municipal. Esta a solução de arranjo urbano é, do ponto de vista simbólico, muito importante, porque mostrava bem quem era o Senhor da cidade: em Braga o poder religioso sobrepunha-se ao civil (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

A organização do espaço interior desta ala dos Paços era interessante: os aposentos do arcebispo ocupavam todo o último andar, com o seu quarto voltado para as traseiras, o que o preservava de ruídos que poderiam vir da praça. Com este edifício e o da Câmara Municipal, esta praça tinha-se tornado no espaço público representativo do poder na cidade. Nesta ala, a varanda central do primeiro andar, o andar nobre, era, naturalmente, a varanda onde se podia mostrar o poder naqueles tempos; todo o envolvimento decorativo o demonstra; era nela que o arcebispo assistia às festas e touradas que se realizavam na praça (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

Foi com D. José de Bragança que este espaço ganhou importância, tornando-se num dos mais importantes espaços urbanos da cidade, por nele serem instalados os dois edifícios de referência do poder. Vai ser também este prelado a trazer de Lisboa a tradição das touradas a que ele próprio assistia da sua varanda. O antigo campo dos Arcebispos é, então, batizado de Campo dos Touros, como vem referido no Mapa de Braga Primaz, do ano de 1755 (Ferreira, n.d.).

### 2.3.10 Igreja de São Paulo (ou de São Tiago)

#### Inovações barrocas da Igreja São Paulo

A construção iniciada em 1567, foi patrocinada pelo Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, para servir o colégio da Companhia de Jesus. O arquiteto, na primeira fase, foi o jesuíta Silvestre Lopes, expressamente vindo de Lisboa. Apesar do empenho do arcebispo e da Companhia, as obras estenderam-se no tempo, para o que contribuiu a peste de 1570 e os surtos subsequentes, bem como hesitações em algumas soluções arquitetónicas, o que levou mesmo a certas demolições e reconstruções, tendo o edifício ficado concluído no século XVII (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).



Figura

2.13 – Igreja São Paulo

## Arquitetura

A frontaria da igreja obedece a um austero estilo jesuítico, saído da Contra-Reforma: amplo retângulo, muito vazio de elementos decorativos, (Figura 2.13), a que se sobrepõe o frontão triangular. Pilastras simples e uma estreita cornija subdividem o paramento em dois registos e três panos, o central com o portal (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

### 2.3.11 Palácio do Raio

Segundo Eduardo Pires de Oliveira, o Palácio do Raio é a obra-prima do rococó civil português. É, também, um dos edifícios mais interessantes no panorama da arquitetura europeia do seu tempo pela organização dos espaços da fachada, pela turgidez dos ornatos que envolvem as portas, janelas e varandas e pela força do seu eixo central, aliás uma característica da arte de Soares, (Figura 2.14). Há aqui um lirismo fremente no qual a pedra se transforma em motivos vegetativos, em que é trabalhada como se de talha se tratasse (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).



Figura 2.14 – Palácio do Raio

O mesmo autor salienta que na varanda, Soares colocou dois putti que orientou de forma a parecer que estão a convidar a entrar na casa as pessoas que passam na rua. Esta fachada surgia assim como um cenário, o que é acentuado pelo facto do pórtico estar levemente destacado do edifício. No projeto original não existia a balaustrada, o que originava um desenho muito tenso. Essa alteração, bem como o azulejo exterior e várias outras intervenções existentes

no seu interior, datam de meados do século XIX, após a venda a Miguel José Raio, que tinha enriquecido no Brasil e de quem se pode ver a pedra de armas nas traseiras da casa (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

Alguns anos depois da sua morte, grande parte dos seus bens passaram para a tutela do Banco do Minho. O palacete foi vendido à Santa Casa da Misericórdia de Braga no ano de 1884, para integrar o hospital de S. Marcos e o programa de assistência desta instituição. O palácio do Raio e o restante complexo hospitalar de S. Marços, passou para a tutela e administração do Estado em 1974. Foi oficialmente devolvida à Santa Casa da Misericórdia de Braga em 28 de Dezembro de 2012.

De referir que o Palácio do Raio é imóvel de interesse público desde de 1956, conforme mencionado no Decreto n.º 40 684, DG, I Série, n.º 146, de 13-07-1956 (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-h).

### **2.3.12 Igreja de São Vicente**

#### **Arquitetura**

#### **Inovações barrocas da Igreja de S. Vicente**

Na obra protobarroca e barroca da igreja de São Vicente interviriam alguns dos mais prestigiados arquitetos da cidade de Braga que, ao longo de diferentes gerações, contribuíram não apenas para a concretização do edifício, mas também para o risco dos retábulos e do órgão. Assim, encontramos a trabalhar em São Vicente, Manuel Fernandes da Silva, André Soares e Carlos Amarante, três nomes da maior importância no quadro do desenvolvimento da nova Bracara Augusta, sob a égide dos arcebispos D. Rodrigo de Moura Teles, D. José e D. Gaspar de Bragança. A própria igreja, situada numa zona afastada do centro histórico, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da área em seu redor, funcionando como polo urbanístico em torno do qual se estruturou parte da cidade (Pereira, 1989).



**Figura 2.15 - Igreja de São Vicente**

A fachada, ainda que mantendo uma estruturação maneirista, dispõe de decoração barroca exuberante trabalhada, (Figura 2.15), como se pode ver pela presença de grinaldas, volutas, rolwerk e enrolamentos e elementos decorativos copiados da talha. Destacam-se na fachada o nicho do padroeiro, envolto por volutas e encimado por uma cruz pontifical do triplo poder de sacerdote, profeta e rei. Ao lado esquerdo da porta principal, existe uma cartela, emoldurada por grinaldas e laçaria, com uma inscrição, que dá conta de que a igreja de S. Vicente goza de privilégios e indulgências da igreja de Latrão, em Roma e paróquia do Papa (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-d).

A porta principal é ladeada por duas pilastras que sustentam uma arquitrave, sobre a qual assenta um frontão barroco que tem a encimá-lo numa profusão entrelaçada de laçaria e concheado, a representação do batismo de Cristo no Jordão a que se sobrepõe a pomba do Espírito Santo. Por cima das cartelas existem dois janelões, emoldurados também por motivos barrocos, que dão luz ao interior do templo. Sob a cornija corre uma arquitrave com métopas e triglifos (Pinheiro, 2009).

Rematando todo este belíssimo conjunto, nos cunhais, estão colocados dois anjos sobre acrotérios, empunhando fâmulas, São Vicente, em vestes sacerdotais, tem resplendor e segura na mão esquerda uma barca na qual está pousado um corvo, e na mão direita tem a palma do martírio. Sobre o nicho do Santo, dois anjos seguram as insígnias pontificais: “duas chaves de São Pedro passadas em aspa, encimadas pela tiara e com uma cruz de três travessas, postas em pala por detrás das chaves e passadas por cima da tiara” (Pinheiro, 2009).

A Torre sineira está colocada nas traseiras da igreja e é de estilo barroco, tendo sofrido danos provocados por tempestades, conforme relata Silva Thadim (século XIX) no Diário Bracarense, a página 560: “Em o dia 20 de Dezembro de 1812, deu nesta cidade uma faísca na torre de São Vicente, a qual a derrubou toda a torre das sineiras e para cima e por isso não tocaram mais o sino dela” (Pinheiro, 2009).

Na obra protobarroca e barroca da igreja de São Vicente intervieram alguns dos mais prestigiados arquitetos da cidade de Braga que, ao longo de diferentes gerações, contribuíram não apenas para a concretização do edifício, mas também para o risco dos retábulos e do órgão. Assim, encontramos a trabalhar em São Vicente, Manuel Fernandes da Silva, André Soares e Carlos Amarante, três nomes da maior importância no quadro do desenvolvimento da *nova Bracara Augusta*, sob a égide dos arcebispos D. Rodrigo de Moura Teles, D. José e D. Gaspar de Bragança.

Como já referimos, a própria igreja, situada numa zona afastada do centro histórico, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da área em seu redor, funcionando como pólo urbanístico em torno do qual se estruturou parte da cidade (Pereira, 1989).

De referir que a igreja paroquial de S. Vicente é imóvel de interesse público desde de 1986, conforme mencionado no Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986 (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-d).

### 2.3.13 Santuário Bom Jesus do Monte

#### Inovações barrocas do Santuário do Bom Jesus

##### Arquitetura

A 5 km de Braga, o conjunto de sucessivas edificações do Bom Jesus do Monte exprime a exuberância do barroco e até ao neoclassicismo. Este sacro-monte de antigas origens desenvolveu-se como importante centro devocional e, paralelamente, como aprazível sítio de repouso, sendo muito procurado pela frescura do seu arvoredo, largueza e benigna atmosfera, a uma altitude de 400 metros (Mendes, 1994)

A Igreja ergue-se no cimo do escadório de granito marcado a espaços regulares pela presença de capelas dedicadas à Via Sacra, de fontes aludindo aos cinco sentidos e a três Virtudes, (Figura 2.16). A subida, porém, pode ser feita num elevador hidráulico. O templo estabelece-se numa plataforma ajardinada de grande beleza, rematada pelo último lanço de escadaria, tudo resultante do risco do engenheiro Carlos Amarante (Bandeira, 2003).



Figura 2.16 – Igreja e escadório do Bom Jesus

O interior da igreja é bastante sóbrio, com quatro capelas laterais, destacando-se no altar principal o Calvário da autoria do escultor de Braga José Monteiro da Rocha, e as telas de Pedro Alexandrino (SIPA, n.d.).

## 2.4 Turismo

Xerardo Pérez (2009) citado por Rodriguez Becerra, refere que “o património é uma noção que define todos os recursos que se herdam, bens mobiliários e imobiliários, capitais e outros. O objetivo do Património é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras” (Pérez, 2009). Xerardo salienta ainda que “o património Cultural tende a ter um sentido público comunitário e de identificação coletiva alargada” (Pérez, 2009).

Diz a Organização Mundial de Turismo – OMT (2000) que se entende por turismo «as atividades das pessoas durante as suas viagens e estadas fora do seu meio envolvente habitual, num período consecutivo que não ultrapassa um ano, por motivo de lazer, negócios ou outros. Ficam de fora as viagens com o objetivo de exercer uma profissão fora do seu meio envolvente habitual» (World Tourism Organization UNWTO, 2010).

Segundo Reinaldo Dias e Maurício Cassar (2005), o destino turístico deve ser compreendido como um conjunto que contém várias organizações e indivíduos que colaboram e competem na oferta de uma variedade de produtos e serviços ao turista. É o suporte principal da atividade turística, pois compreende um conjunto de recursos, entre outros, os naturais, as infraestruturas, os diversos serviços oferecidos aos turistas e a própria cultura dos habitantes (Dias, Reinaldo; Cassar, 2005).

Por outro lado, refere a OMT (2000) que o destino turístico é um espaço físico no qual um visitante permanece pelo menos uma noite. Inclui produtos turísticos como serviços de apoio e atrações, bem como recursos turísticos ao alcance de uma viagem com regresso no mesmo dia. Possui fronteiras físicas e administrativas bem definidas para a sua gestão, imagens e perceções que configuram uma competitividade de mercado (World Tourism Organization UNWTO, 2012). Neste caso, este roteiro tem como público-alvo o visitante com mobilidade reduzida, de diversas cidades de Portugal e que pretende percorrer edifícios civis e algumas igrejas barrocas da cidade de Braga e pode pernoitar ou não. Destina-se, assim, a um público-alvo de classe média baixa/alta que serve para uma minoria mas também para a grande maioria da população.

Mas diz Licínio Cunha, que o destino pode ser visto sob duas óticas: como forma de identificação do local visitado ou como um espaço territorial onde se desenvolve um complexo de

inter-relações que garantem a existência de fatores de atração, bem como o processo de produção e consumo com vista a satisfazer necessidades turísticas (Cunha, 2010). Refere ainda que o espaço territorial fica sujeito a transformações que dão origem a novas relações, modificam as suas características e fazem nascer novas atividades de que resulta uma nova estruturação espacial; aí se concentra uma constelação de atrações e serviços que garantem a produção turística diversificada, com elementos espaciais, administrativos e produtivos (Cunha, 2010).

O desenvolvimento sustentável, como refere a comissão Brundtland (1987) no documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), ou, como é bastante conhecido, *Relatório Brundtland*, apresentou um novo olhar sobre o desenvolvimento, definindo-o como o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. É a partir daí que o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ficar conhecido (Súmula Relatório Brundtland, 1991).

Segundo a OMT o turismo sustentável deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento económico da atividade, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações (Ramos, 2013). Tendo em conta o conceito de turismo sustentável, a reformulação dos roteiros que propomos obedece aos critérios propostos, porque envolve a cidade de Braga, pretendendo, simultaneamente, a proteção do património religioso e civil que neles é incluído bem como os jardins públicos, entre outros.

Diana Mendes constata que “a acessibilidade pode ser definida como a capacidade do meio de proporcionar a todos uma igual oportunidade de uso, de uma forma direta, imediata, permanente e o mais autónoma possível” (Gouveia, Pedro Homem; Simões, Jorge Falcato (co-autor); Mendes, 2010). A Visit to Britain citado por Mendes (entidade proprietária, no reino Unido, de um sistema homólogo) “define o Turismo acessível como a facilidade com que todos podem usufruir de experiência turística” (Gouveia, Pedro Homem; Simões, Jorge Falcato (co-autor); Mendes, 2010).

Neiva, Carolina, Rodrigues, Daniel Souto e Ramos, Rui A.R. avaliaram o espaço urbano de Braga na via pública, passeios, vias de acessos e percurso acessível. Os arruamentos seleccionados como base de incidência do estudo encontram-se em freguesias inseridas no perímetro urbano de Braga, mais concretamente na freguesia de S. Vicente, S. Victor, S. João do

Souto e S. Lázaro. O estudo conclui que a maioria dos arruamentos cumpre o determinado no Decreto-lei 163/2006. Salienta-se no entanto que os locais escolhidos para a incidência dos trabalhos se situam em terrenos acidentados, fator que influiu diretamente no não cumprimento da lei em certas áreas avaliadas, (Neiva, Rodrigues, & Ramos, 2013). Neste sentido, importa referir que grande parte da cidade, ao contrário do que acontece no centro, não está de todo acessível, como é o caso de São Vicente e São Vitor, zona denominada por extramuros da cidade em estudo e que não cumpre o decreto-lei referido anteriormente.

Para Nolan e Nolan (1989), o turismo religioso é considerado cheio de motivações para visitar lugares históricos, de arte e de devoções religiosas (Nolan, Mary Lee; Nolan, 1989).

As igrejas e alguns outros monumentos barrocos e rococó, expostos às severidades do tempo e ao vandalismo dos homens ou cuidadosamente preservadas e defendidas encontram-se dispersos pela cidade.

Assim, o capítulo seguinte apresenta os roteiros que propomos neste trabalho.





### **3 Roteiros para pessoas com problemas de mobilidade**

O objetivo deste capítulo é observar como o recurso endógeno de um território se transforma em atrativo turístico para pessoas com mobilidade reduzida.

Em seguida, vamos, então, proceder à análise dos roteiros; a organização das visitas será feita conforme as necessidades e condições do público incluído em cada visita e a qualidade que se impõe como fator de diferenciação.

Assim, os aspetos relevantes que tivemos em consideração foram a disponibilização de informação credível para utilização pública e privada. O papel das parcerias, nomeadamente com a autarquia, associações, gabinete de turismo e juntas de freguesias é o de concorrerem para aumentar a valorização do território onde atuam, qualificando-o no cumprimento das suas missões institucionais.

#### **3.1 Experiencia de roteiros alternativos com a colaboração de sócia da APD**

A prática do turismo acessível em Portugal ainda é recente. Embora seja longo o caminho a percorrer a fim de se criar uma sociedade mais inclusiva que reconheça e saiba integrar a diversidade, são já conhecidas algumas iniciativas. Por isso, apresentamos um novo projeto, com colaboração de Ana Cristina Pereira, (Figura 3.1), o de uma proposta de Turismo Acessível ou Turismo para Todos, para que a vontade dos utentes com necessidades especiais de visitar o património religioso e civil seja concretizada. Propomos a criação de dois roteiros por certas igrejas e edifícios civis barrocos e rococó da cidade de Braga:



Figura 3.1 – Ana na Rua dos Capelistas

### 3.1.1 Planeamento do roteiro

A estratégia seria dar a conhecer o património de igrejas e de outros edifícios em Braga, um património importante quer do ponto de vista local, quer a nível nacional. Assim, propomos percursos para um público minoritário mas que poderão ser interessantes também para a grande maioria da população.

### 3.1.2 Promoção do roteiro

A promoção de um roteiro é fundamental para este ser mantido e se desenvolver no âmbito turístico. Para a divulgação do roteiro iremos recorrer aos seguintes meios:

- Desdobráveis bilingues dedicados às várias igrejas
- Folhetos (ver em anexo)
- Criação de um site
- Página no facebook
- App no telemóvel

Sendo assim, é necessário recorrer às principais instituições da cidade para divulgar este roteiro a partir dos meios referidos acima:

APD - Associação Portuguesa de Deficientes de Braga, Delegação Distrital de Braga

ADOC – Associação de Ocupação Constante

CMB – Câmara Municipal de Braga

CMB, Gabinete de Turismo – Câmara Municipal de Braga, Gabinete de Turismo

Juntas de freguesia: União de Sé, Cividade e Maximinos

Caberia a estas entidades gerir e divulgar os roteiros, uma vez que podem atrair novos visitantes à cidade e podem servir como um novo complemento turístico para a cidade de Braga.

### 3.1.3 Traçado

Ambos os roteiros preveem diferentes soluções de acesso: o primeiro será realizado a pé e com deslocação em cadeira de rodas, enquanto o segundo será feito usando autocarro ou camioneta alugada pela associação APD com 21 lugares, depois de previamente solicitado.

O primeiro roteiro é circular, tendo início e fim no Arco da Porta Nova, percorrendo uma distância de 2km, com uma duração de 1.30h. Já o segundo roteiro, apresenta-se com um itinerário linear, ou seja, em linha reta. O percurso tem 5,5km e será feito em 3h. O roteiro terá início na Praça do Município e termina no *ex-libris* bracarense do sacro-monte do Bom Jesus.

Tendo como cenário o riquíssimo património bracarense, aliámo-lo à gastronomia e às atividades outdoors para dar a conhecer ao visitante/turista o melhor da localidade.

Desejávamos que o nosso roteiro começasse pela igreja de São Victor pelos seguintes motivos: histórico, localização e estratégia de acessibilidade. A nível histórico por ser a primeira igreja que inclui elementos do estilo barroco. Em termos de localização por ser a igreja mais distante das outras. Em relação à estratégia de acessibilidade por o percurso seguinte ser a descer, o que facilita manobrar a cadeira de rodas manual e poupar energia para a cadeira de rodas elétrica. Mas tal não se mostrou possível.

Na preparação dos roteiros tivemos em conta critérios como o terreno; o estado das ruas (passeios, paralelos, etc.); os percursos menos extensos, entre outros fatores.

### 3.1.4 Descrição dos roteiros

#### Primeiro Roteiro

O mapa relativo ao primeiro Roteiro está ilustrado na (Figura 3.2).

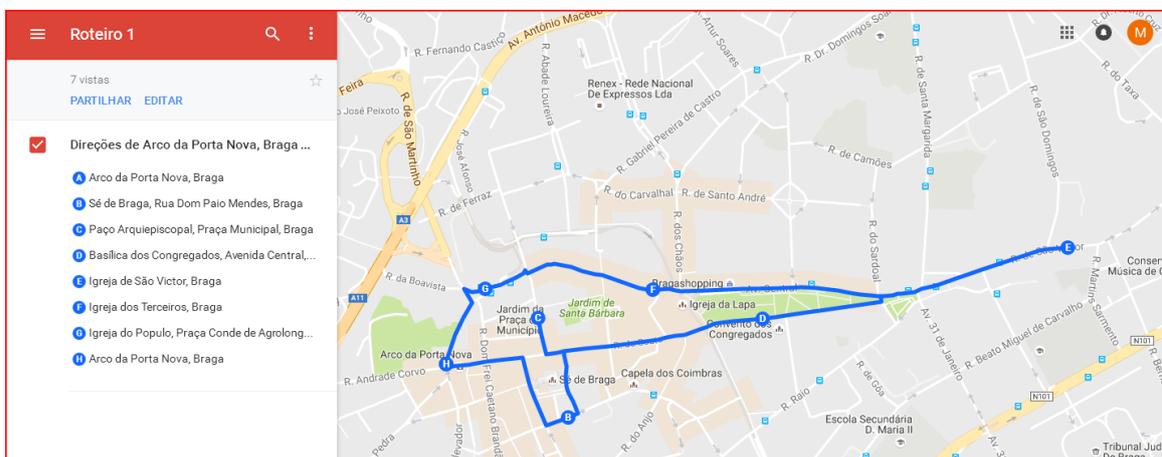


Figura 3.2 – Ilustração do primeiro roteiro

O primeiro roteiro começa no largo da Porta Nova, (Figura 3.3). Localizada a 500 metros da estação de comboios, logo à sua direita, encontramos o Campo das Hortas e à esquerda a famosa “Tíbias de Braga”.



Figura 3.3 – Ana no Largo da Porta Nova

Começamos por subir a rua D. Diogo de Sousa e cerca de 300 metros mais à frente, após termos passado por vários restaurantes e cafés, ao virar à esquerda, na Rua do Cabido, encontramos a Sé Catedral de Santa Maria de Braga.

Voltando para a rua do Souto, em três minutos encontramos a ala dos Paços Arcebispais reconstruída por D. Rodrigo de Moura Teles e, no largo fronteiro, deparamo-nos com o célebre Chafariz dos Castelos da responsabilidade do mesmo arcebispo.

Chegados à Avenida Central, somos tomados de assalto pelos aromas dos cafés Brasileira, Astória e Viana, (Figura 3.4). Em frente, já mais abrigados do ambiente boémio, passamos pelo Jardim da Avenida Central comumente reconhecido pela existência de um enorme chafariz, ladeado por pequenos jardins que por sua vez são como que delimitados por árvores e bancos de descanso. Finalmente, encontramos a Igreja dos Congregados.



Figura 3.4- Avenida Central

Passeamos mais um pouco e seguindo sempre em frente, no que não deverão ser mais do que cinco minutos, chegamos ao Largo da Senhora a Branca, (Figura 3.5). Este é um pequeno jardim, localizado no centro de Braga, num dos extremos do Jardim da Avenida Central. Povoado de laranjeiras, roseiras e alguns bancos aqui e ali. Ao centro, classificado como MN (Monumento Nacional) encontra-se um Cruzeiro com o mesmo nome.



Figura 3.5 – Largo Senhora a Branca

Atravessamos a rua e encontramos outro jardim para repouso dos nossos visitantes e a esplanada da “Pastelaria Ritinha”. Em frente, deparamo-nos com a igreja de S. Victor.

De volta à Avenida Central, passamos pelo Braga Shopping, um dos mais frequentados centros comerciais da Cidade, o qual dispõe de várias lojas de comércio e de zona de restauração. Atravessamos a Rua do Castelo e damos conta da Igreja dos Terceiros de S. Francisco.

Por fim, a cerca de cinco minutos, dirigimo-nos para a Rua dos Capelistas, uma grande zona comercial, também dispendo de lojas e cafés que são exemplos a “Ferreira e Capa”. Passamos pela Praça Conde de Agrolongo, depois da Avenida Central outro ponto de referência da cidade – também este repleto de restaurantes e cafés, entre outros. Em frente deste largo, encontramos a Igreja do Pópulo.

Por fim, sendo o nosso roteiro circular, passamos pela Rua dos Biscainhos, onde está situado um Museu com o mesmo nome e lojas de antiguidades e regressamos ao Arco da Porta Nova, o nosso ponto de partida, encerrando assim o primeiro roteiro.

## Segundo Roteiro

O mapa relativo ao segundo Roteiro está ilustrado na (Figura 3.6).

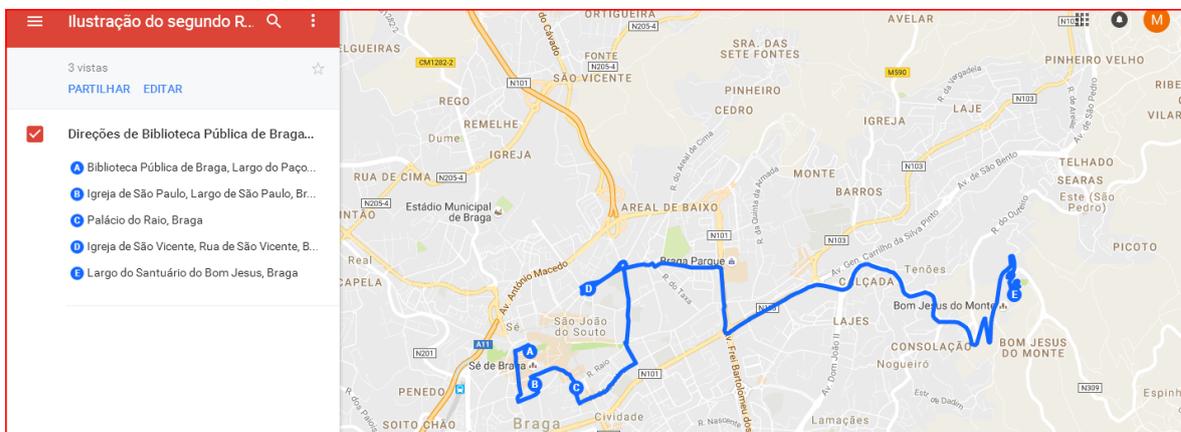


Figura 3.6 – Ilustração do segundo Roteiro

O segundo roteiro será feito de carro, dado que os locais selecionados se encontram muito afastados uns dos outros, de maneira a promover um maior conforto aos nossos visitantes. Desta feita, o roteiro será linear, ou seja em linha reta, distando 5,5 km.

Iniciamos o nosso percurso pela Praça do Município. Este local, mesmo ao centro, *pontuada* por um chafariz, encontra-se aquela que é atualmente chamada de Praça dos Namorados, ladeada por alguns cafés e lojas de comércio, de que é grande exemplo o “Bazar Cruz”, que já terá atravessado várias gerações.

Em frente, fica a ala dos Paços Arcebispaes da responsabilidade de D. José de Bragança, onde tem funcionado, desde a sua reconstrução pela Direção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, a Biblioteca Municipal.

É de referir que a atual Praça do Município era onde se faziam as touradas, às quais este arcebispo assistia da sua varanda de frente para o na altura chamado Campo de Touros.

Seguidamente, dirigimo-nos para o Largo de São Paulo. Esta zona é conhecida pela Igreja com o mesmo nome; poderemos passear pelas suas imediações e pelo Museu Pio XII que

fica mesmo em frente. Este já poderá ser visitado, uma vez que a instituição dispõe de uma rampa móvel.

Também neste sítio encontra-se a Capela da Senhora da Torre cujo esboço se crê que se deve a André Soares. Foi criada devido à devoção popular e à crença de que o culto a Nossa Senhora da Torre livrou Braga do terrível terramoto de um de Novembro de 1755, que abalou o país e provocou grandes destruições na cidade de Lisboa (Mendes, 1994).

Outras referências importantes são a Biblioteca Municipal Craveiro da Silva (situada um pouco mais para trás) e a Rua do Anjo, logo a seguir ao Museu acabado de citar, muito frequentada sobretudo durante a noite, por se tratar de uma zona mais boémia.

Damos continuidade ao nosso percurso e paramos na Rua do Raio em frente ao Palácio com o mesmo nome. À importância arquitectónica e histórica deste Palácio acrescentou-se, recentemente, o facto de aí se ter instalado um Centro Interpretativo que dá acesso a vários testemunhos de vários setores que remontam há mais de 500 anos.

Mesmo em frente fica a Fonte do Ídolo.

Esta zona é das mais populosas do centro, dado que estamos numa via paralela à Avenida Central. Está também sediada nesta rua a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) que contribui para o apoio dos nossos visitantes.

Dirigimo-nos agora para a Igreja de S. Vicente. As ruas aqui são mais difíceis, devido ao pavimento de paralelos de granito (Figura 3.7), mas tal característica não impede que seja uma das zonas mais frequentadas tanto pela população da cidade como por turistas que todos os dias se deliciam com os doces típicos tradicionais bracarenses chamados “fidalguinhos”. Os mesmos poderão ser provados na reputadíssima “Doçaria de S. Vicente” que tem vindo a fazer crescer água na boca aos seus clientes desde 1829.

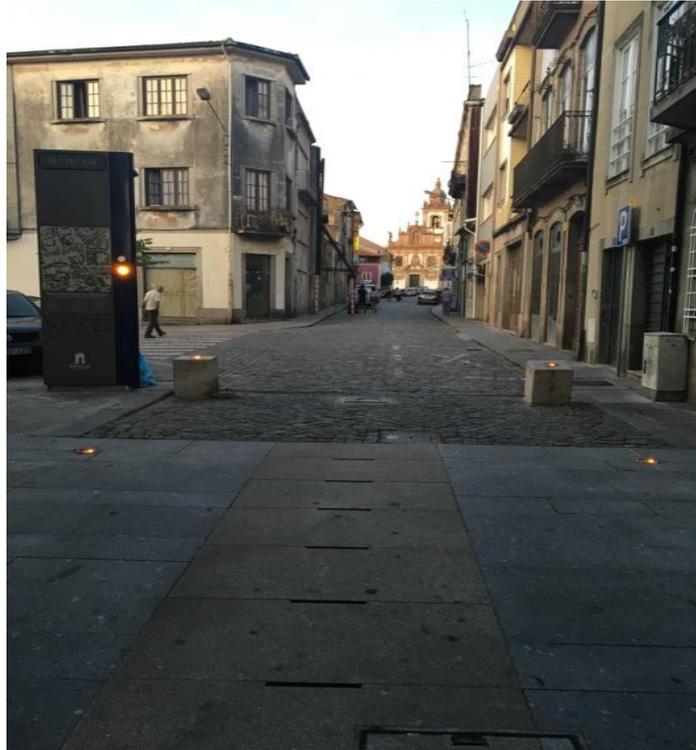


Figura 3.7 - Dificil acesso

Para fechar com chave de ouro, dirigimo-nos para o Santuário do Bom Jesus. As escadarias em ziguezague com uma capela de cada lado e a Igreja no cimo das escadas são os pontos de maior interesse. Este é sem dúvida um dos *exi libris* da cidade de Braga. O seu impacto e influência são tais que o mesmo já foi nomeado para Património Mundial.

A visita vela a pena, não só pelo Santuário, com perfeitas condições de acesso para os nossos visitantes, ainda que a rampa seja muito íngreme, impossibilitando a autonomia durante a sua subida, mas também pelas paisagens naturais, o escadório e o Parque onde se fazem merendas em dias de sol.

### 3.1.5 Os pontos de interesse

As igrejas e outros edificios foram seleccionadas por serem barrocos ou rococó, estando, na sua maioria, no que se considera hoje como centro da cidade de Braga. Nos momentos de pausa, observou-se o Jardim da Senhora a Branca e o cruzeiro, classificado como monumento nacional. Para o nosso momento de descontração, encontramos este jardim e observamos o cruzeiro e o seu significado. Ao longo do percurso será possível observar outro património existente na cidade de forma a complementar o roteiro.

### **3.1.6 Parcerias**

APD - Associação Portuguesa de Deficientes de Braga, Delegação Distrital de Braga: estabelecer um percurso de imobilidade reduzida.

C.M.B. - Câmara Municipal de Braga: Promover o Turismo na cidade de Braga atraindo as pessoas a visitar o património que integrámos nos roteiros que propomos.

Arquidiocese de Braga: - Promover o património da Igreja.

Cafés e Restaurantes – Promover ainda mais estas áreas económicas.

As parcerias permitem a manutenção do roteiro e que possa desenvolver-se em termos turísticos e de forma sustentável.

### **3.1.7 Atividades associadas aos roteiros**

Tendo este roteiro como temática o património barroco e rococó, faz todo o sentido criar eventos que possam ser associados ao percurso, tais como, por exemplo

- um “atelier barroco”

- concerto de música barroca, etc.

As normas técnicas de acessibilidade aplicáveis ao espaço físico são definidas pelo Decreto-Lei nº 163/2006. São essencialmente normas construtivas, que especificam a configuração exigida para os diferentes elementos físicos necessários para o acesso, circulação e uso de espaços e edifícios. Estão abrangidos todos os locais de interesse turístico abordados no âmbito do presente estudo (Gouveia, Pedro Homem; Simões, Jorge Falcato (co-autor); Mendes, 2010).

As áreas urbanizadas da cidade estão servidas por uma rede de percursos pedonais, acessíveis na Avenida Central, (Figura 3.8), que proporcionam o acesso seguro e comportável das pessoas com mobilidade condicionada a todos os pontos mas apresentando-se, por vezes, algumas dificuldades no itinerário.



Figura 3.8 – Ana e amigos na Avenida Central

Assim, iniciamos o nosso roteiro no Arco da Porta Nova (MN desde 1910). Cabe aqui apurar o significado da expressão: “És de Braga, deixaste a porta aberta”, associado aos bracarenses. Esta expressão remonta ao início do século XVI, quando o Arcebispo D. Diogo de Sousa se lembrou de abrir uma nova porta na muralha. Não havendo guerras e como cidade já se estendia para fora dos muros, o Arcebispo não mandou colocar qualquer porta de madeira, como era típico nas portas de defesa. Como as outras sete portas ainda eram fechadas ao fim do dia, esta foi uma exceção para aquele tempo. A partir daí, diz-se os Bracarenses ficaram conhecidos por deixar a porta aberta (M. Costa, 2013).

## 3.2 Primeiro roteiro

Nesta secção, sumariamos os problemas de mobilidade durante o roteiro.

### 3.2.1 Arco da Porta Nova

Assim, iniciamos o nosso roteiro no Arco da Porta Nova (Figura 3.9).



Figura 3.9 – Rua acessível

Começamos por subir a rua D. Diogo de Sousa, acessível para circular. Cerca de 300 metros mais à frente, ao virar à esquerda, na Rua do Cabido.

## Ficha Técnica:

**Endereço:** Largo da Porta Nova, 4700 Braga

**Categoria:** Arquitetura Civil

**Situação Atual:** Classificado

**Categoria de Proteção:** Classificado como MN - Monumento Nacional

**Cronologia:** Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910. (Direcção Geral do Património Cultural, n.d.-a)

### Acessibilidade

Acesso exterior:

- Estacionamento: sim

- Passeios: sim

- Rampas: sim



- Pavimento exterior: granito

Acesso interior:

- Balcões e guichés: não se aplica

- Instalações sanitárias: não

- Movimentação no interior: sim

-Coordenadas: 41° 33' 00" N, 8° 25' 45" O

### 3.2.2 Sé Catedral de Santa Maria de Braga

Encontramos a Sé Catedral de Santa Maria de Braga que permite o acesso a visitantes para as pessoas com deficiência em cadeira de rodas.

A Ana Cristina poderá ter acesso ao interior, (Figura 3.10), observar obras-primas da talha, uma das mais pujante das artes decorativas de Braga. Miguel Bandeira salienta que “de baixo, quem levantar o olhar vislumbrava a alegoria ao céu Barroco sonhado por Marcelo de Araújo e poderá escutar, se tiver sorte, o sopro angelical modelado pelo organeiro Simon Fontanes” (Bandeira, 2003).

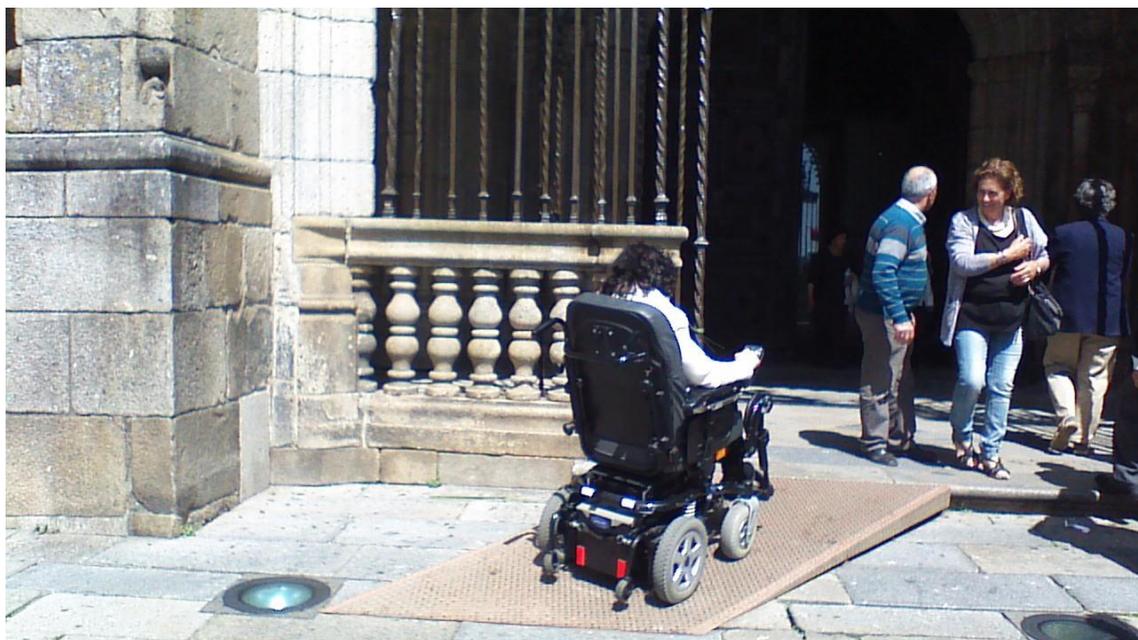


Figura 3.10 – Visita na Catedral Santa Maria de Braga

Iniciando a nossa visita, encontramos à direita, junto da entrada, dentro dum arco-sólio, o túmulo do D. Afonso, primogénito legítimo de D. João I, morto com dez anos, em Braga. É de bronze, parcialmente dourado, e pensou-se que tivesse sido oferecido por D. Isabel, mulher de Filipe o «Bom», duque de Borgonha e irmã do Infante (Camara Municipal de Braga, 1950).

Avançando pela nave central, paramos sob os órgãos do coro, do século XVIII, (Figura 3.11) que o Cabido, durante um período de *sede vacante*, mandou executar após a morte de D.

Rodrigo Moura Teles. Os órgãos são providos de guarnições e ornatos *rocaille*, do mais belo efeito, é certo, mas que se enquadram com a solenidade românica das naves, sobretudo depois de desapareceram os «embelezamentos» com que D. Rodrigo e o seu sucessor D. José de Bragança julgaram valorizar o velho tempo (Camara Municipal de Braga, 1950).



Figura 3.11 – Órgãos da Sé

Costa ainda vai mais longe no que diz respeito aos órgãos: os atuais, construídos, o do lado do Evangelho, em 1737, e o lado da Epístola, foi seu autor na parte instrumental o religioso Franciscano, Frei Simon de Fontana Gallencianus, e possuem cerca de 3.700 tubos. A parte mais importante, a talha barroca que os envolve, é devida ao artista bracarense Marceliano de Araújo, autor de belos trabalhos de talha dourada (L. Costa, 1998).

O autor ainda descreve que sobrepunhando o conjunto dos dois órgãos vêm-se as estátuas da Fé, Esperança, Caridade, Religião, Concórdia e a Fortaleza, e encimando estas, duas águias com as legendas latinas, escritas numa fita e que dizem citado por Albano Belino – Arqueologia Cristã:

*Quis Vidit Hivic Simile? Quem viu semelhante?*

E na outra:

*QVIS AVDIVIT VNQVAM TALE? Quem ouviu Jamais Igual (L. Costa, 1998).*

Segundo António Azeredo, o coro alto alberga um imponente cadeiral mandado construir pelo Cabido – em 1737, num período de sede vacante – ao gosto da época do rei D. João V. É obra do entalhador e arquiteto portuense Miguel Francisco da Silva (Azeredo, António Carlos Bastos, 2007)

No coro está um cadeiral de pau-preto e madeira de castanho com planta em forma de U, com cinquenta e duas cadeiras em dois andares, com cátedra para o prelado, e ao centro um relógio entalhado por Miguel Francisco da Silva (1737). Exemplar do barroco joanino, tem dosséis e cortinados de talha com decoração de jarros, conchas e sereias (Vários, 1976).

O Cadeiral, riquíssima obra-prima do barroco primário e legítimo, é uma das grandes maravilhas da Catedral Bracarense, onde tomam assento, e pela ordem que está assinalada, os cônegos que formam o cabido da Sé de Braga. Da autoria deste extraordinário monumento de talha barroca, apenas temos conhecimento de que o mestre entalhador e arquiteto do Porto, Miguel Francisco Silva foi, na época em que se construíram os órgãos, foi convidado a executá-lo, mas não sabemos ao certo se desenhou e/ou executou este trabalho (L. Costa, 1998)

### **Imaginária**

Na capela-mor sobressai a imagem de Santa Maria de Braga, obra decidida por D. Gonçalo Pereira, no Século XIV (Mendes, 1994). Uma graciosa escultura de pedra de Ançã, que representa a padroeira Santa Maria de Braga. Magnífica peça de imaginária gótica, de extraordinária simplicidade e gosto artístico, foi posteriormente policromada (Vários, 1976).

Seguimos a nave da direita, guarnecida de estátuas representando apóstolos, mártires e doutores, em tamanho natural e de boa modelação. Chegando ao transepto, fica-nos à direita o altar de Nossa Senhora das Dores, com apreciável obra da talha, e em frente o do Sagrado Coração de Jesus. Contíguo a este encontra-se o altar do Santíssimo Sacramento, cujo frontal é uma peça admirável de madeira policromada, do século XVII, e representa o «Triunfo da Igreja», inspirado num quadro de Rubens (Camara Municipal de Braga, 1950).

## Ficha Técnica:

**Endereço:** Rua D. Paio Mendes, 4700-424 Braga

**Categoria:** arquitetura Religiosa

**Situação Atual:** Classificado

**Categoria de Proteção:** Classificado como MN - Monumento Nacional

**Cronologia:** Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

**ZEP:** Portaria de 22-08-1967, publicada no DG, II Série, n.º 202, de 30-08-1967 (Direcção Geral do Património Cultural, n.d.-b)

## Acessibilidade

### Acesso exterior:

-Estacionamento: sim

-Passeios: sim

-Rampas: sim



-Pavimento exterior: granito

### Acesso interior:

-Balcões e guichés: sim

-Instalações sanitárias: sim

-Movimentação no interior: sim / na igreja até ao Altar-Mor

-Coordenadas: 41° 32' 59" N, 8° 25' 38" O

Visitada a Catedral, (Figura 3.12), dirigimo-nos novamente para a rua do Cabido para encontrar a rua do Souto. Rua essencialmente comercial. Há de tudo: louças, velas, bancos, casas de lotaria, pensões e restaurantes, artigos religiosos, paramentaria, entre outros. Aqui pode o turista escolher à vontade uma recordação de cidade de Braga.



Figura 3.12 –Rua do Cabido

### 3.2.3 Palácio Moura Teles

Nesta rua reconhecemos o Palácio Moura Teles. Aqui a visita será feita apenas pelo exterior.

Os edifícios que o circundam são de várias épocas e correspondem a determinados estilos. A observação deste corpo, do a nascente e do da Galeria é feita pelo exterior. Aqui mandou construir D. Rodrigo Moura Telles reedificar a Norte entre os corpos laterais o que pode dizer-se que é a entrada nobre dos Paços Arcebispaes. Nesta entrada, sobre o portal principal, mandou colocar a inscrição latina: «Ó DOMUS ANTIQUA QUAM DISPARI DOMINO DOMINARIS»; «Ó casa antiga! Quanto é diferente o Senhor que te possui» e sobre a janela superior o seu brasão (L. Costa, 1985).

Observamos o Chafariz dos Castelos que podemos contemplar sem subir os seus três degraus, (Figura 3.13). Almeida e Belo definem-no como um chafariz monumental, com um grande tanque elevado sobre uma plataforma de três degraus, de cujo centro se ergue uma coluna interrompida por uma taça. A taça é sustentada por seis anjos-atlantes, e apresenta seis castelos no bordo. Um sétimo castelo de três andares escalonados dá continuidade à coluna, que é rematada por uma estátua alegórica da cidade.

A iconografia aplicada na decoração do monumento e a sua configuração, têm suscitado curiosas interpretações. Por exemplo, o facto de o tanque inferior ser delimitado por doze lados sugere o número dos apóstolos ou o número das portas da cidade de Jerusalém. Também na representação de castelos em número de sete, seis na taça e um na coluna, pode ser encontrada correspondência aos sete níveis da oração individual, ou aos sete anjos que, no Apocalipse, mostram a cidade Santa. Independentemente destas e outras leituras misteriosas que alguns autores têm pretendido fazer, parece certo que este chafariz teve na sua origem a intenção de exaltação do próprio arcebispo, cujo motivo heráldico, era, aliás, o castelo (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

A sua execução deve-se ao mestre pedreiro Manuel Fernandes da Silva, mas o desenho parece ser de Marceliano Araújo. Chafariz dos Castelos ou Chafariz da Galeria, situado num pátio exterior do Paço Arquiepiscopal, em Braga. Freguesia de São João do Souto, concelho de Braga, distrito de Braga (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).



**Figura 3.13 - Chafariz do Largo do Paço**

**Ficha Técnica:**

**Endereço:** Largo do Paço, 4704-508 Braga

**Categoria:** Arquitetura Religiosa / Paço

**Situação Atual:** Classificado

**Categoria de Proteção:** Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

**Cronologia:** Decreto n.º 47 508, DG, I Série, n.º 20, de 24-01-1967 (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-a)

**Acessibilidade**

**Acesso exterior:**

- **Estacionamento:** sim

- **Passeios:** Sim

- **Rampas:** sim

- **Coordenadas:** 41° 33' 02" N, 8° 25' 34" O



### 3.2.4 Igreja do Congregados

Saindo da rua do Souto entramos na Avenida Central que, na sua configuração presente, não perdeu ainda as características de um lugar público agradável, (Figura 3.14), com as suas árvores e flores, o grande chafariz e os bancos de descanso, as alas que propiciam passeios para a população e um grato preenchimento dos tempos livres.



Figura 3.14 – Avenida Central: agradável

No ângulo da Avenida Central com a da Liberdade está situado o Posto Turismo, posto de informações onde o turista pode, a par de qualquer esclarecimento respeitante à cidade, obter produtos de artesanato concelhio ou distrital. Seguimos e encontramos a Igreja dos Congregados acessível ao nosso público-alvo, (Figura 3.15).

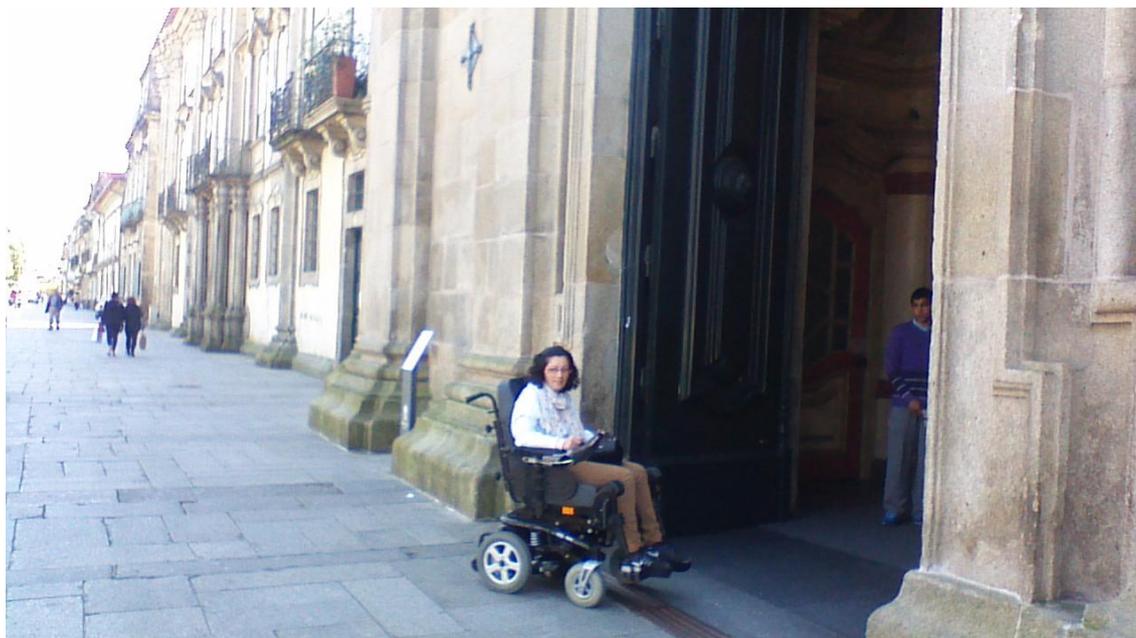


Figura 3.15 – Acesso à Igreja dos Congregados

Quanto ao interior, o visitante pode observá-lo até à capela-mor. Podemos contemplar a talha dourada, imagens, nomeadamente a imagem da Nossa Senhora das Dores.

#### **Recheio:**

#### **Talhas**

Em meados do século a nave e a capela-mor da igreja estavam construídas e os altares adornados com retábulos (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

Nesta igreja existe uma diferença importante dos estilos usados, ou seja, enquanto na fachada vemos o tardo Barroco em toda a sua plenitude, no retábulo há muito de rococó, sobretudo nos ornatos (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

#### **Imaginária**

Destaca-se imagem de Nossa Senhora das Dores da autoria de André Soares (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

O culto de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> das Dores tem origem medieval. Durante séculos não teve expressão em Portugal. Em meados do século XVIII, de um momento para outro, passou a ter uma forte

aceitação. Na arquidiocese de Braga, por exemplo, espalhou-se por imensas povoações, sobretudo em imagens e retábulos. A este culto está ligado o padre da Congregação do Oratório Marcelino Pereira (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

A cerimónia da retirada das espadas e coroação de Nossa Senhora é celebrada no Sábado de Aleluia nesta mesma igreja, (Figura 3.16). O sacerdote conjuntamente com os acólitos e as crianças encarregues de ficar com as espadas retiradas a Nossa Senhora, encaminha-se para o lugar onde se encontra a imagem de Nossa Senhora das Dores. A cada retirada da espada faz-se um pedido à nossa Senhora. No final da retirada das setes espadas, coroa-se a imagem Nossa Senhora<sup>2</sup>:



Figura 3.16 -Vigília Pascal e Festa da Coroação de Nossa Senhora das Dores, Basílica dos Congregados

---

<sup>2</sup> Folheto guia da missa de Vigília Pascal e Festa da Coroação de Nossa Senhora das Dores, Basílica dos Congregados (cedido pelo sacerdote Granja).

## Ficha Técnica

**Categoria:** Arquitetura Religiosa

**Situação Atual:** Classificado

**Categoria de Proteção:** Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

**Cronologia:** Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993 (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-c).

### Acessibilidade

**Acesso exterior:**

-**Estacionamento:** sim

-**Passeios:** não se aplica

-**Rampas:** não se aplica



-**Pavimento exterior:** granito

**Acesso interior:**

-**Balcões e guichés:** não se aplica

-**Instalações sanitárias:** não

-**Movimentação no interior:** até ao altar-mor

-**Coordenadas:** 41° 33' 04" N, 8° 25' 15" O

Uma vez que o património barroco bracarense é tão rico, apesar de o número aconselhável de locais a visitar não dever exceder os sete, entre os edifícios civis e religiosos, resolvemos, no entanto, propor mais monumentos.

### 3.2.5 Igreja de São Victor

A distância entre os monumentos faz com que se tenha que ter em consideração a deslocação de um monumento para outro, por isso, as pessoas utilizando cadeira de rodas necessitam de mais tempo para se deslocar pelo que visitar mais de sete edifícios significasse que teriam que passar um dia inteiro para realizar visitas, o que é cansativo fisicamente esaturante a nível mental.

Por outro lado, o roteiro deve ser pequeno, dadas as condicionantes de quem está sentado. Ocorrem frequentemente dores nas costas devidas à trepidação causada pelos pavimentos com paralelos de granito e pés inchados por se estar sempre na mesma posição. O clima também se reflete na visita pois se estiver a chover os visitantes em cadeira de rodas não podem andar à chuva e, por outro lado, se o sol for em demasia estão mais limitadas pela necessidade de se protegerem.

Estando o público com vontade de dar continuidade ao roteiro monumental, seguimos para a Igreja de São Victor, cujo acesso é dificultado para os nossos visitantes com cadeira de rodas por uma plataforma empedrada. O mesmo acontecendo no interior da igreja, pois à entrada dispõem apenas de escadaria o que lhes impede o acesso.

Os degraus dos portais são de uma altura intransportável para cadeiras de rodas, como se verifica na (Figura 3.17), carecendo, portanto, da aplicação de uma rampa de acesso adequado.



Figura 3.17 – Sem Acesso Igreja de São Victor

Aqui no interior poderíamos encontrar uma profusão de azul e ouro, apaixonar-nos pelos azulejos e detalhes das talhas recobertas de folha de ouro no interior desta valiosa igreja.

#### **Recheio:**

No interior desta igreja, sobressaem os azulejos de finais do século XVII, evocativos dos momentos determinantes da vida dos Santos mártires de Braga. É ainda de salientar o retábulo – mor. Domingos Lopes, em 1689, veio entalhar o retábulo da matriz de S. Victor com um desenho em forma de velhos valores nas partes internas, quer do arco, quer do corpo. Contudo, vêem-se nele as colunas torsas para além de outros motivos decorativos (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-g).

#### **Talha**

A Igreja de São Victor destaca-se pelo seu interior, revestido por monumentos painéis de azulejo e talha dourada (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-g).

Relativamente à talha dourada, Robert Smith destaca que ela está patente em toda a igreja, nomeadamente capelas, púlpitos e varandim dos janelões, e ainda, completa o brilho dos revestimentos cerâmicos inaugurado no retábulo-mor, executado pelo entalhador portuense Domingos Lopes, já mencionado acima, seguindo uma tipologia que se tornará muito comum no denominado Estilo Nacional, isto é, incluindo vasta tribuna (Smith, 1970).

O coro alto, com balaustrada de madeira e um órgão de tubos, assenta sobre um arco abatido. Colateralmente, abrem-se quatro capelas de arco pleno, com retábulos de talha dourada e oito janelões com varandim em madeira e sanefas de talha. O arco triunfal de arco pleno sobre pilastras, tem uma exuberante sanefa de talha (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

### **Imaginária**

Na capela-mor, igualmente revestida por azulejos, dispõe-se um retábulo de talha dourada com a imagem de Cristo, da autoria do mestre Domingos Lopes, datado de 1691 (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

### **Azulejaria**

Smith diz-nos que os painéis de azulejos são atribuídos ao mais reputado pintor lisboeta do final do século XVII, o espanhol Gabriel del Barco. Estes painéis da igreja têm vindo a ser considerados como o primeiro conjunto de azulejos azuis e brancos desta envergadura, executados em Portugal. De acordo com a documentação existente, os azulejos teriam sido colocados depois de 1692. Este complexo conjunto de painéis, que se desenvolve em vários registos, representa, na nave, santos e santas bracarenses a serem martirizados, acompanhados por outros santos bispos de Braga. Nos azulejos do coro observamos São Paterno, 19º prelado de Braga presidindo ao Concílio de Toledo no ano 405 (Smith, 1970).

Observada a parte exterior da igreja de São Victor, na qual não foi possível a entrada usando cadeira de rodas, descemos para a Avenida Central que hoje se considera como parte do coração da cidade. Local admirável, bem situado para qualquer visitante e paragem obrigatória para todos os autocarros. Também encontramos os táxis de que os turistas possam precisar para os seus passeios.

**Ficha Técnica:**

**Endereço:** Rua de S. Victor

**Categoria:** Arquitetura Religiosa/Igreja

**Situação Atual:** Classificado

**Categoria de Proteção:** Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

**Cronologia** Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977 (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-g)

**Acessibilidade** não é acessível no entanto existe um projeto que está prestes a entrar em execução para assegurar a acessibilidade.

**Acesso exterior:**

- **Estacionamento:** sim

- **Passeios:** sim

- **Rampas:** não se aplica

- **Pavimento exterior:** granito

**Acesso interior:**

- **Balcões e guichés:** não se aplica

- **Instalações sanitárias:** não se aplica

- **Movimentação no interior:** não

-**Coordenadas:** 41° 33' 09" N, 8° 24' 47" O

### 3.2.6 Igreja Ordem Terceira de S. Francisco

A próxima visita é a igreja da Ordem Terceira de S. Francisco. Uma igreja acessível mas com uma rampa muito íngreme que impede ao visitante utilizando cadeira de rodas ser autónomo, (Figura 3.18). Aqui podem observar-se várias imagens e a de Nossa Senhora dos Desamparados, do século XVIII,



Figura 3.18 – Acesso à Igreja Ordem Terceira

#### Recheio:

##### Talha

No interior, a nave única, coberta por abóbada de caixotões em cantaria, articula-se com a capela-mor (com idêntica cobertura), ligeiramente mais estreita, através do arco triunfal de arco pleno, assente sobre pilastras. Os panos murários da nave são pintados em "*trompe l'oeil*", e dividem-se em dois registos, o primeiro aberto por arcos de volta perfeita, onde se inscrevem os retábulos de talha dourada, e o segundo por janelas decoradas por elementos de talha (Simões, 1979).

As obras no interior ainda se prolongaram por mais alguns anos com a colocação dos últimos retábulos barrocos em 1739. Em 1781 procedeu-se à substituição do recheio da igreja

por um que viesse ao encontro da nova estética neoclássica. Todos os retábulos, púlpitos, sanefas e frontais foram refeitos, muitos deles sob desenho de Carlos Amarante e de André António da Cunha (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

### **Imaginária**

Tem esta Igreja para observar imagens antigas e muito belas, como o Crucifixo do Senhor dos Aflitos, de 1707, a imagem de Nossa Senhora dos Desamparados e as de Santo António, S. Francisco, Nossa Senhora do Carmo e Crucifixo do altar-mor, do séc. XVIII, de grande beleza (Guerreiro, Sabrina; Pinto, Liliana, co-autor; Braga. Arquidiocese. Instituto de História e Arte Cristãs, ed. lit.; Abreu, João Paulo Leite de, co-autor; Fernandes, Delfim, co-autor; Mesquita, José, 2011).

A milagrosa história de Nossa Senhora dos Desamparados é venerada em Valência, no leste da Espanha, perto da costa do Mar Mediterrâneo, uma cidade carregada de história. O local de Valencia foi invadido pelos muçulmanos no fim do século XI e reconquistado pelo grande herói Cid Campeador, que foi seu soberano e ali faleceu. Nesta cidade nasceu o extraordinário São Vicente Ferrer, que lutou contra a decadência da Idade Média com tal vigor e eloquência que foi chamado de Anjo do Apocalipse.

A padroeira de Valência é Nossa Senhora dos Desamparados, cuja belíssima história é, em breves traços, a seguinte:

“No início do século XV – quando ainda vivia o grande São Vicente Ferrer – foi fundada em Valência a Confraria dos Desamparados. Ela visava socorrer os doentes e dar digna sepultura aos cadáveres abandonados nos campos; o seu principal inspirador foi o Beato Padre Jofré. A confraria era composta sobretudo de artesãos, mas chegou a ter entre os seus membros também duques, marqueses, condes e ricos burgueses. Eles obtiveram uma capela, mas faltava uma imagem de Nossa Senhora que exprimisse o espírito daquela instituição. Em 1414, apareceram na casa de um confrade – cuja esposa era cega e paralítica – três jovens muito bem apessoados, em traje de peregrinos. Disseram ser escultores e dispuseram-se a fazer uma imagem da Virgem para a confraria. Pediram apenas um local isolado para trabalharem e que, durante três dias, ninguém os visitasse.

Consultado o Beato Jofré, a proposta foi aceite. No quarto dia, o mesmo homem de Deus, acompanhado de várias pessoas, foi até ao local onde estavam os três jovens. Bateram à

porta. Como ninguém atendesse, arrombaram-na. Oh magnífica surpresa! Os jovens haviam desaparecido, mas deixaram uma bellissima imagem de Nossa Senhora com o Menino Jesus. Todos entenderam que os peregrinos escultores eram anjos. A esposa cega do confrade, que recebera os três anjos, foi conduzida até o local onde estava a imagem. Chegando diante da bela escultura, imediatamente recobrou a vista e o movimento de seus membros. A partir de então, mediante a intercessão de Nossa Senhora dos Desamparados, ocorreram muitos milagres, entre os quais a cessação da terrível peste que grassou em Valência e em outras partes da Espanha em meados do século XVII, no reinado de Filipe IV.” (Team, 2016).

A chegada de Nossa Senhora dos Desamparados à Igreja dos Terceiros de S. Francisco de Braga ocorreu em 31 de Outubro de 1756, Definitório, Irmãos, Capelão e outros sacerdotes acompanhados de muito povo, foram em procissão ao Convento dos Remédios, (Figura 3.19). Nossa Senhora dos Desamparados estava já colocada num andor improvisado para esse fim e coberto de flores brancas. Os dadores da imagem, o Casal Caldeirão, ladeavam-na. Após uma breve oração, iniciou-se o cortejo em direção da Igreja onde ficaria aquela bonita imagem. A porta principal já se encontrava aberta. O povo depressa encheu o templo e a imagem ficou algum tempo na capela-mor. Por fim, Nossa Senhora foi levada para o local onde se encontra ainda hoje mas ficou colocada sobre um forte plinto, construído para o efeito, até que se fizeram os altares com os seus retábulos (Proença, Maria José; Matos, Luís de, 2010).



Figura 3.19 – Imagem Nossa Senhora dos Desamparados

Desamparada é toda a pessoa que se sente incompreendida, triste, marginalizada, abandonada. Esta imagem de Nossa Senhora dos Desamparados da Igreja dos Terceiros, cativava pobres e ricos; sim, porque há também ricos que se sentem pobres e esquecidos pelos outros. Apareciam pessoas doentes e com saúde, tristes e alegres, jovens e idosos e todos os que se sentissem impedidos a louvar e invocar a Mãe do Céu. A primeira festa que se celebrou na Igreja dos Terceiros dedicada a Nossa Senhora dos Desamparados foi no dia 1 de Novembro de 1756. A festa continuou a realizar-se anualmente nesse dia, até meados do século XIX (Proença, Maria José; Matos, Luís de, 2010).

Existe no espólio da Igreja dos Terceiros uma outra Imagem pequenina, de Nossa Senhora dos Desamparados. Esta era designada por Nossa Senhora dos Desamparados dos Doentes. No século XVIII havia muita devoção a esta imagem de Nossa Senhora dos Desamparados dos Doentes. Adoecia alguém e, se porventura, ficasse mais de três dias na cama, um seu familiar ia à igreja dos Terceiros pedir à mesa Administrativa autorização para levar esta imagem de Nossa Senhora dos Desamparados para a casa do enfermo. Os Irmãos Terceiros tinham uma caixa própria para a deslocação da imagem e, esta ia para a casa do doente que *A* tinha requisitado. Todos rezavam e imploravam as melhoras do enfermo. A Senhora dos Desamparados ficava naquela casa nove dias (Proença, Maria José; Matos, Luís de, 2010).

Assim, destaca-se o conjunto escultórico de pequenas dimensões, Virgem dos Desamparados dos doentes” (Titulo atribuído) de índole barroca, concebida em madeira entalhada, dourada e policromada representando a Virgem com o menino de colo e ladeada por dois anjinhos aos pés. Passados nove dias regressava à Igreja e, geralmente, a família do doente deixava uma quantia simbólica para ajudar a custear o culto a Nossa Senhora dos Desamparados sendo depois celebrada uma missa (Guerreiro, Sabrina; Pinto, Liliana, co-autor; Braga. Arquidiocese. Instituto de História e Arte Cristãs, ed. lit.; Abreu, João Paulo Leite de, co-autor; Fernandes, Delfim, co-autor; Mesquita, José, 2011).

Hoje, é preciso pedirmos com fé, perseverança, humildade e confiança: *Nossa Senhora dos Desamparados, socorrei-nos, a nós, abandonados neste mundo neopagão!* A festa de Nossa Senhora dos Desamparados é celebrada no segundo domingo de maio (Team, 2016).

## **Azulejaria**

A capela-mor está revestida por azulejos azuis e brancos, com representações da vida de São Francisco, Santa Margaria e Santa Rosa, assinados por Nicolau de Freitas e datados de 1734 (Queirós, 1948).

Proença diz que foram colocados nas paredes da Capela-Mor em 1734 e o trabalho foi da responsabilidade de Nicolau Freitas. As cenas que ali vemos representadas são alusivas a episódios da vida de São Francisco, relacionados com a Ordem Terceira. S. Francisco e os primeiros franciscanos Luquésio e D. Bona no momento de receberem a Regra, Santa Rosa de Viterbo, Santa Isabel de Hungria, S. Roque e outros (Proença, Maria José; Matos, Luís de, 2010).

**Ficha Técnica:**

**Endereço:** Largo S. Francisco, Braga

**Categoria:** Arquitetura Religiosa/Igreja

**Situação Atual** Classificado

**Categoria de Proteção:** Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público

**Cronologia:** Portaria n.º 740-I/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012 (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-e).

**Acessibilidade****Acesso exterior:**

- **Estacionamento:** sim
- **Passeios:** sim
- **Rampas:** sim (muito inclinada)
- **Pavimento exterior:** granito

**Acesso interior:**

- **Balcões e guichés:** não se aplica
- **Instalações sanitárias:** não se aplica
- **Movimentação no interior:** até ao altar-mor
- **Coordenadas:** 41°33'6"N, 8°25'26"

Seguimos para o Campo da Vinha, atualmente toponimicamente denominado praça do Conde de Agrolongo, (Figura 3.20) é mais um dos produtos urbanísticos resultantes da ação do arcebispo D. Diogo de Sousa. O nome popular pelo qual ainda hoje todos os bracarenses o conhecem decorre do facto de aí ter existido o vinhedo de Santa Eufémia. Para o efeito, o prelado comprou o terreno à sua custa e ofereceu-o, reconvertido em praça, a Braga e aos seus cidadãos (Bandeira, Miguel Melo, Braga d'outros Tempos –Braga Virtual, 2005).



Figura 3.20 – Praça Conde Agrolongo

Nesta ampla praça, antigamente, efetuava-se todas as terças-feiras a tradicional feira de Braga. Se o turista se encontrava em Braga num dia de feira, não deixava de a visitar, sobretudo para apreciar os «jugos» para os carros de bois e a olaria regional, pois teria oportunidade de encontrar espécimes dignos de ver-se do nosso artesanato minhoto (Camara Municipal de Braga, 1950).

O Campo da Vinha, enquanto espaço aberto do Renascimento, foi um elemento agregador de uma das expressões urbanas mais evidentes da Contra-Reforma, o fomento de novas instituições religiosas. Assim, foi criado o Seminário de S. Pedro (1571), demolido nos princípios do século XX; o Convento do Pópulo (1596), reconvertido em quartel militar e albergando hoje os serviços da Câmara Municipal de Braga; o Convento do Salvador (1592), tendo-se, mais tarde, em 1884, tornado no Asilo de Mendicidade do Conde de Agrolongo; entre outros (Bandeira, Miguel Melo, Braga d'outros Tempos –Braga Virtual, 2005). Na praça iremos visitar a igreja do Pópulo, (Figura 3.21).

### 3.2.7 Igreja do Pópulo

No interior, pode-se visitar a Igreja até ao alta-mor, sentindo-se a presença da arte de Marcelano de Araújo na talha, e a de A. de Oliveira Bernardes na azulejaria.

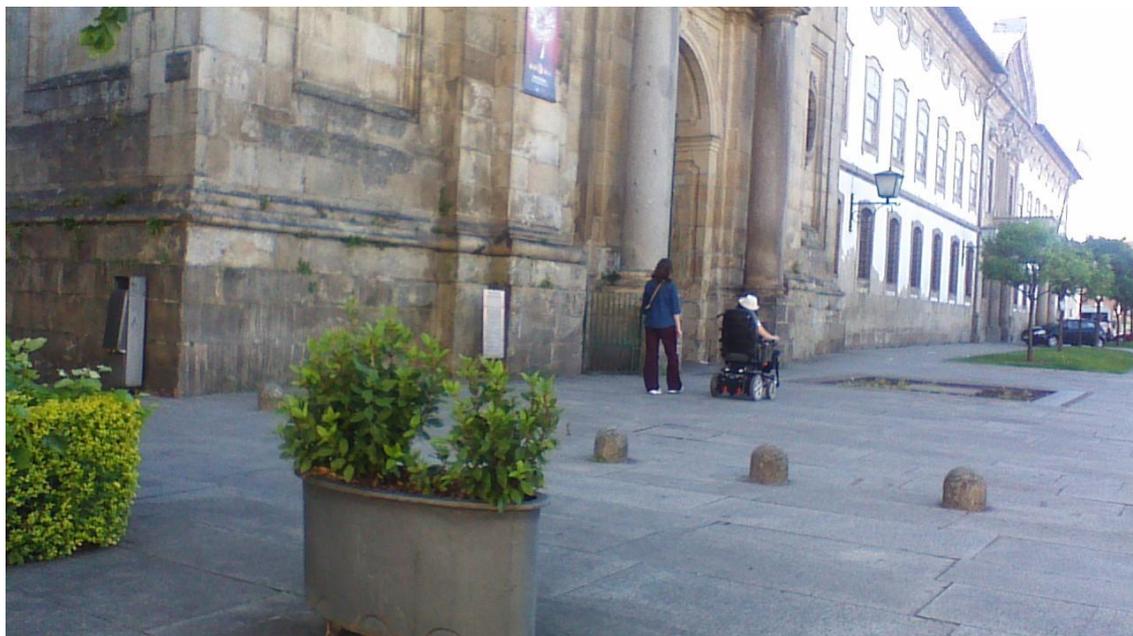


Figura 3.21 – Visita à Igreja do Pópulo

**Recheio:**

**Talhas**

Na capela-mor temos um magnífico retábulo do século XVIII. No cimo existe uma cúpula que imita a das grandes basílicas. Tem aos lados e em frente figuras que têm sido interpretadas como representando a Igreja e a Sinagoga. De facto, em frente está um missal aberto rodeado de duas esculturas que parecem ser “arautos” do que está escrito: “Tolle Tolle” e: - Lege Lege” (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

Assim, do nosso lado esquerdo estará a figura da Igreja que eleva na mão um cálice, e um anjo bom com uma píxide na mão - símbolo da Eucaristia. O “arauto” aponta: - “lege lege”, - lê lê [a Bíblia, os Evangelhos] (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

Do nosso lado direito, está um soldado (Pilatos) e um anjo mau com uma cruz na mão. O gesto do “arauto” faz-nos lembrar a Sinagoga, no pretório de Pilatos a gritar: - “tolle, tolle” – fora, fora, crucifica-o.... (JO-XIX-15) (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001),

### **Imaginária**

Na tribuna, ao centro, está a Imagem de Nossa Senhora da Consolação, ocupando o lugar da Padroeira (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

O arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus dedicou o templo a Nossa Senhora do Pópulo. Trouxe esta devoção de Roma, onde Nossa Senhora, sob este título, é venerada, no convento dos Eremitas de Santo Agostinho, sito na Via Flamina (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

Ao lado da imagem de Nossa Senhora da Consolação, está a de Santo Agostinho, Padroeiro de Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Nasceu em Tagaste, norte de África em 13 de Novembro de 354. Deambulou pela heresia maniqueísta, que admitia dois deuses: o do bem e o do mal. Converteu-se à religião cristã em 386. Sua mãe, Santa Mónica, nunca desistiu de pedir ao Senhor a sua conversão. Nas suas Confissões –Livro VIII-12, quando se debatia com angústia a refletir sobre as doutrinas maniqueístas e cristãs, ouviu por várias vezes uma voz de criança que cantava: “TOLLE TOLLE e LEGE LEGE”. Tantas vezes ouviu aquela voz misteriosa, que foi ter com o seu amigo Alípio, cristão convicto com quem dialogava. Este deu-lhe a Bíblia e abrindo à sorte, deu-lhe a ler o capítulo 13, versículos 12 e 13 da Epístola de São Paulo aos Romanos: “andemos dignamente, como convém em pleno dia, não em bacanais e comezainas, nem em lascívia e impudicícias, nem em contendas e ciúmes. Mas revesti-vos do Nosso Senhor, Jesus Cristo, e não queirais afagar a carne, satisfazendo-lhe as cupidezes....” Assim, Santo Agostinho compreendeu “TOLLE”: fora com o teu passado de vida imoral e depravada .... “LEGE”: lê a Bíblia. Então, já convertido, foi para Cartago com os seus amigos e fiéis mais devotos, daqui datando a fundação da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Foi sagrado bispo de Hipona em 395. Escreveu várias obras de grande erudição filosófica e teológica. Faleceu em 28 de Agosto de 430. A sua imagem tem um coração na mão – símbolo de amor divino que inflamava o seu coração. Tem também uma mitra e báculo – insígnias episcopais (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

## **Azulejaria**

A igreja está revestida de azulejos historiados, datados do século XVIII, alguns de autoria do notável azulejador António de Oliveira Bernardes (Camara Municipal de Braga, 1950). Os azulejos da capela-mor figuram cenas e factos da vida comunitária dos Eremitas de Santo Agostinho: reuniões de estudo, procissões, visitas e atividades pastorais, assistência aos doentes, serviços dos irmãos – vendo neles a pessoa de Cristo, (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

De salientar as armas dos Eremitas de Santo Agostinho: Um grande círculo que envolve dois cisnes abraçando a mitra e o báculo, e um coração (particular de Santo Agostinho), e o sol (Deus) e a lua (Igreja). Nesta Capela-mor, os primeiros elementos estão esvaídos, dando lugar a uma coluna (a fé) que suporta a Igreja (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

Do outro lado, aparece um círculo que envolve um martelo, com figuras na base: Santo Agostinho, que na sua juventude, seguia o maniqueísmo, após a conversão combateu esta heresia com tal ardor que foi considerado o «Martelo dos Hereges», (Velo, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, 2001).

## Ficha Técnica:

**Endereço:** Praça do Conde Agrolongo, 4700-312 Braga

**Categoria:** Arquitetura Religiosa

**Situação Atual:** Classificado

**Categoria de Proteção:** Classificado como IP - Imóvel de Interesse Público

**Cronologia:** Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977 (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-f)

### Acessibilidade

#### Acesso exterior:

- Estacionamento: Sim

- Passeios: sim

- Rampas: sim



- Pavimento exterior: granito

#### Acesso interior:

- Balcões e guichés: não se aplica

- Instalações sanitárias: não se aplica

- Movimentação no interior: até ao altar-mor

**Coordenadas:** 41° 33' 07" N, 8° 25' 42" O

### 3.3 Segundo roteiro

Continuamos a apontar edifícios religiosos e civis que não têm acessos para pessoas com mobilidade reduzida e utilizando cadeira de rodas:

#### 3.3.1 Paços Arcebispos de Dom José de Bragança

Entrada impedida aos visitantes em cadeira de rodas, pois não está adequada para este público (Figura 3.22).



Figura 3.22 –, Acesso à Biblioteca Pública

Atualmente, a Biblioteca Pública de Braga, dentro dum edifício de alto valor artístico e histórico (reconstruído pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), é motivo de orgulho não só para a cidade, mas também para o país, causando a admiração de quantos a visitam, nacionais e estrangeiros, tecendo-lhe elogios sem reservas quantos estudiosos de além-fronteiras ali têm entrado. Contudo, um grupo minoritário usando cadeira de rodas não a poderá visitar, por não dispor de uma infraestrutura que permita a sua entrada.

Por trás da Biblioteca, o jardim Santa Bárbara é considerado o mais moderno e belo dos jardins de Braga, Airoso e delineado com uma rara felicidade, tem ao centro um chafariz com a imagem de Santa Bárbara, oriunda das ruínas do jardim do antigo convento dos Remédios. No jardim contíguo encontram-se alguns restos lapidários e restos de partes dos antigos Paços Arcebispaes (Mendes, 1994).

O edifício foi totalmente restaurado pelo Estado em 1931-1934, que foi adaptado para servir de instalações à Biblioteca Pública e ao Arquivo Distrital de Braga. O Paço Arcebispaes de Braga é Imóvel de Interesse Público desde de 1967, conforme mencionado no Decreto nº Decreto n.º 47 508, DG, I Série, n.º 20, de 24-01-1967 (Direção Geral do Património Cultural, n.d.-b).

**Ficha Técnica:**

**Endereço:** Praça do Município, Braga

**Categoria:** Arquitectura Religiosa / Paço

**Situação Actual:** Classificado

**Categoria de Protecção:** Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

**Cronologia:** Decreto n.º 47 508, DG, I Série, n.º 20, de 24-01-1967

**Acessibilidade:** não é acessível, pelo menos não existe rampa no exterior.

**Acesso exterior:**

- **Estacionamento:** sim

- **Passeios:** sim

- **Rampas:** Não se aplica



- **Pavimento exterior:** granito

**Acesso interior:**

- **Balcões e guichés:** não se aplica

- **Instalações sanitárias:** não se aplica

- **Movimentação no interior:** não se aplica

- **Coordenadas:** 41°33'3"N, 8°25'37"W

### 3.3.2 Igreja de São Paulo (ou de São Tiago)

De seguida desejaríamos visitar a igreja de São Paulo (ou de São Tiago) que aqui referimos. Ainda que não possamos entrar, pois o acesso ao seu interior está impedido pelos degraus, (Figura 3.23), observaremos o seu exterior.

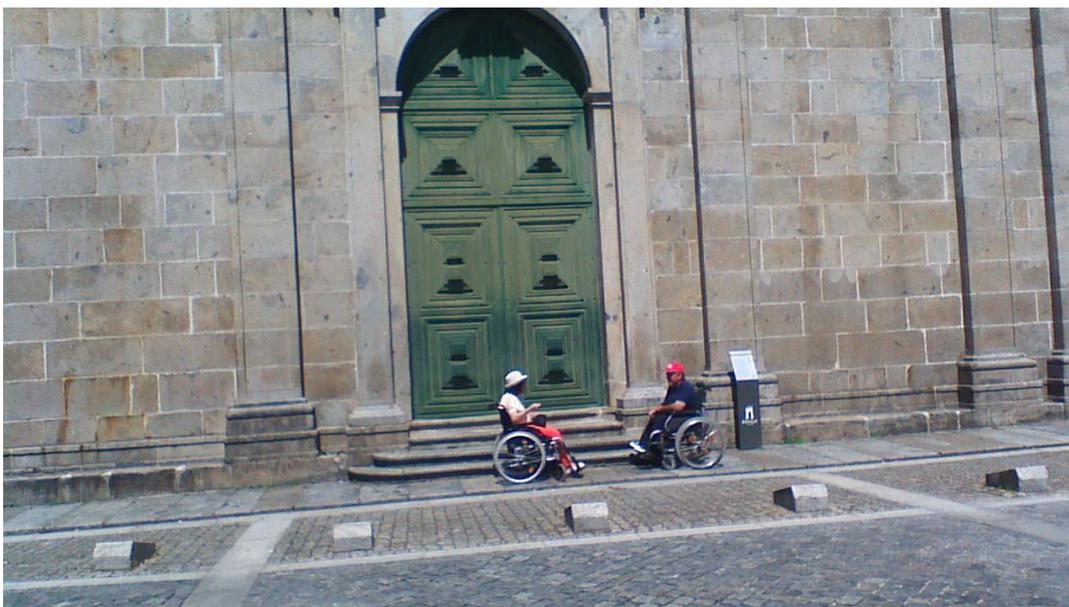


Figura 3.23 – Ana na Igreja de São Paulo

O interior da igreja, no que toca à arquitetura, é marcado pelo maneirismo austero. Mas os trabalhos da talha são já barrocos, e devem-se a campanhas dos séculos XVII e XVIII, tendo sido, nesta última centúria, substituídos alguns dos executados na anterior (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007).

**Recheio:**

**Talhas**

Segundo Almeida e Belo, destaca-se nesta igreja o retábulo principal, datado de 1709 da autoria do entalhador Luís Vieira da Cruz (Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, 2007). É um retábulo barroco do “estilo nacional” de corpo e tramo único. O sotobanco assenta sobre um embasamento em alvenaria, definido por volumetrias e por mesa de altar prismática em madeira. O frontal da mesa, em granito, descreve arabescos de cariz vegetalista e segmentos sinuosos de índole vegetalista que encerram, ao centro, o monograma de Cristo “IHS” encimado

por uma cruz patriarcal. Sobre o embasamento assentam quatro plintos (dois de cada lado), dispostos diagonalmente que sustentam as colunas que definem o corpo central (Liliana Pinto; Sabrina Guerreiro; Joana Leandro; José Paulo Leite de Abreu (textos); Manuela Ferreira Pitães (fotografia). Braga:, 2011)

O retábulo da Nossa Senhora do Rosário (antes denominado de Nossa Senhora da Luz), localiza-se do lado da Epístola (primeira posição a partir da capela-mor). É um retábulo em madeira, entalhada, policromada e dourada. Mostra planta reta, tramo e corpo único, este formado por dois planos, e divide-se em quatro registos: stobanco, banco, corpo central e ático. A nível estrutural domina um estilo Joanino mais contido já de encontro à sintetização da estética do período neoclássico. Já a estrutura do nicho central parece um acrescento posterior de influência tipicamente neoclássica (LilianaPinto; Sabrina Guerreiro; Joana Leandro; José Paulo Leite de Abreu (textos); Manuela Ferreira Pitães (fotografia). Braga:, 2011),

O retábulo de Santo Inácio de Loyola, do século XVIII, localiza-se ao lado da Epístola, segunda posição a partir da capela-mor. De planta recta, mostrando corpo único e três tramos. Trata-se de um exemplar representativo do estilo barroco, nacional e joanino. Mostra uma disposição simples e organizada, traduzida num único intercolúnio aberto em arco de volta perfeita e uso de colunas helicoidais típicas do barroco nacional (LilianaPinto; Sabrina Guerreiro; Joana Leandro; José Paulo Leite de Abreu (textos); Manuela Ferreira Pitães (fotografia). Braga:, 2011).

**Ficha Técnica:**

**Endereço:** Largo de São Paulo, 4700-042 Braga

**Categoria:** Arquitetura Religiosa

**Situação Atual:** Não Classificado

**Categoria de Proteção:** Não se aplica

**Cronologia:** Não se aplica

**Acessibilidade**

**Acesso exterior:**

- **Estacionamento:** Sim

- **Passeios:** Sim

- **Rampas:** Não se aplica



- **Pavimento exterior:** granito

**Acesso interior:**

- **Balcões e guichés:** –não se aplica

- **Instalações sanitárias:** Não se aplica

- **Movimentação no interior:** Não se aplica

- **Coordenadas:** 41° 32' 54" N, 8° 25' 35"

### 3.3.3 Palácio do Raio

Atualmente, este palacete é o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga. Acolhe peças de arte sacra, têxtil, escultura, ourivesaria, cerâmica e utensílios médicos e farmacêuticos, assim como documentos que testemunham mais de 500 anos de história da instituição.<sup>3</sup>

O edifício está pronto a ser visitado pelo público-alvo em estudo, (**Error! Reference source not found.**) pois, quando efetuadas as obras para aí instalar este Centro Interpretativo, ficou com elevador para dar acesso ao primeiro andar e com casa de banho acessível a pessoas usando cadeira de rodas.



Figura 3.24 – Visita ao Palácio do Raio

---

<sup>3</sup> Guia de Visita, Memórias da Misericórdia de Braga, Centro Interpretativo, ON.2, Quadro de Referência Estratégico Nacional, cedido pelo centro interpretativo em 26-072016.

**Ficha Técnica:**

**Endereço:** Rua do Raio, 4820-142

**Categoria:** Arquitetura civil/Solar

**Situação Actual:** Classificado

**Categoria de Protecção:** Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

**Cronologia:** Decreto n.º 40 684, DG, I Série, n.º 146, de 13-07-1956

**Acessibilidade:** Aberto ao público-alvo

**Acesso exterior:**

- **Estacionamento:** sim

- **Passeios:** sim

- **Rampas:** sim

- **Pavimento exterior:** granito

**Acesso interior:** sim

- **Balcões e guichés:** sim

- **Instalações sanitárias:** sim

- **Movimentação no interior:** sim

- **Coordenadas:** 41° 32' 54" N, 8° 25' 21" O

### 3.3.4 Igreja de São Vicente

O monumento poderá ser visitado e a entrada será feita através de uma porta lateral, (Figura 3.25).



Figura 3.25 – Porta Lateral de acesso à Igreja de São Vicente

#### **Recheio:**

#### **Talhas**

Dos três altares que a igreja possui em talha dourada, o altar-mor é o mais rico. Compõem-no concheados, folhas de acanto, capitéis trabalhados, colunas decoradas com imensos motivos, anjos e ramagens, onde o ouro lhe empresta uma forte e imensa riqueza. A encobrir o trono do altar-mor existe uma tela pintada do patrono (Pinheiro, 2009)

Em 1758, esta igreja tinha apenas obras barrocas. A eclosão de talha rococó só aconteceria mais de uma década depois, no arco da capela-mor, nas sanefas dos quadros e em todo o conjunto de talha do coro alto, concebidos por Frei José Vilaça e Carlos Amarante (Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, 2014).

## **Imaginária**

Os restantes altares colocados aos cantos do arco cruzeiro, também de excelente talha, são os do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora da Luz. Vêem-se também, em mísulas as imagens de Santo António, São Vicente, do Divino Salvador do Mundo, que dizem ser os do São Bom Homem, e ainda São João Baptista (Pinheiro, 2009).

## **Azulejaria**

Quanto aos azulejos, os do altar-mor são do final do século XVII e princípios do século seguinte, considerada a escolha das cores usadas: azul e branco. Os do corpo da Igreja, segundo Luís da Costa, monógrafo da igreja paroquial de S. Vicente, pertencerão já no último quartel do século XIX e foram fornecidos por um fabricante de Vila Nova de Gaia, por revelarem uma técnica mais aprimorada (Pinheiro, 2009).

O azulejo do altar-mor representa a vida do Santo Patrono antes do martírio; os do corpo da igreja representam a prisão, o martírio, a morte e a transladação das suas relíquias. O turista crente pode encontrar nos azulejos que recobrem completamente as paredes interiores da igreja os momentos cruciais da vida de São Vicente, desde os tempos do seu nascimento e da sua educação paterna até ao glorioso trânsito do mártir, natural da Orca, Espanha. A sua prisão, juntamente com São Valério, para Valência, por ordem de Daciano, a sua experiência do cárcere, o seu martírio, a defesa do seu corpo por um corvo, a transladação das suas relíquias, enfim, toda a sucessão de painéis não pode deixar impressionar até o mais distraído visitante (Pinheiro, 2009).

**Ficha Técnica:**

**Endereço:** Rua de S. Vicente, 4710-312 Braga

**Categoria:** Arquitetura Religiosa/Igreja

**Situação Actual:** Claqssificado

**Categoria de Proteção:** Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

**Cronologia:** Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986

**Acessibilidade**

**Acesso exterior:**

- Estacionamento: sim

- Passeios: sim

- Rampas: acessível



- Pavimento exterior: granito

**Acesso interior:**

- Balcões e guichés: não se aplica

- Instalações sanitárias: nao

- Movimentação no interior: sim

- Coordenadas: 41° 33' 21" N, 8° 25' 16" O

### 3.3.5 Bom Jesus

Apesar do Santuário ser visitado por muita gente, as pessoas com mobilidade reduzida também gostam de ir contemplar a arquitetura e este património que é de todos. Por vezes, as situações de perigo são criadas por barreiras à acessibilidade. Neste Santuário, a acessibilidade prejudica o interesse do público-alvo. A rampa muito inclinada gera situações de dependência, a qual tem sempre custos para quem perde a autonomia (Figura 3.26)



Figura 3.26 – Visita ao Santuário do Bom Jesus

Um pouco mais acima, fica o lago, de sinuoso recorte, com os seus barcos de recreio, o silêncio e o bem-estar que proporciona. Em redor e na lonjura, esta estância que mereceu, por exemplo, a pena brilhante de Camilo Castelo Branco, oferece ao visitante uma sensação de descoberta e emoções decerto memoráveis (Mendes, 1994).



Figura 3.27 – Paisagem para o escadório

O Diário de Notícias, em de vinte e um Julho de 2015, diz que Câmara de Braga anunciou uma exposição em Lisboa e a candidatura do Bom Jesus a Património Mundial da Humanidade na Comissão Nacional da Unesco (DN-Diário de Notícias, 2015). Refere ainda que o vereador do Planeamento e Urbanismo da Câmara de Braga, Miguel Bandeira, fez parte da equipa que se deslocou a Lisboa, destacou a importância desta candidatura, adiantando que este processo implicou "algumas alterações em sede de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), nomeadamente a eliminação da estrada que estava prevista para as proximidades do Bom Jesus"(DN-Diário de Notícias, 2015).

A coordenadora da candidatura a Património Mundial, Teresa Andersen, já se manifestou confiante no sucesso da iniciativa, sublinhando tratar-se de "um lugar único, com uma história de 600 anos, muito bem fundamentada" em várias fontes de informação, com material de natureza monográfica e iconográfica (DN-Diário de Notícias, 2015).

O Santuário do Bom Jesus é uma obra de arte marcadamente simbólica, introduzida numa natureza humanizada e ordenada pela palavra de Deus, vivificada nas alusivas imagens da hagiografia católica e na racionalidade do seu duplo espaço arquitetónico - união equilibrada entre o barroco triunfante e a moderna linguagem da arte neoclássico (Figura 3.27).

## Ficha Técnica:

**Acessos:** Bom Jesus do Monte

**Proteção:** IP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 251/70, DG, 1.ª série, n.º 129 de 03 junho 1970

**Grau:** Imóvel ou conjunto com valor excecional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Monumento Nacional (SIPA, n.d.).

## Acessibilidade

**Acesso exterior:**

-**Estacionamento:** sim

-**Passeios:** não se aplica

-**Rampas:** sim (muito inclinado)



-**Pavimento exterior:** granito

**Acesso interior:**

-**Balcões e guichés:** não se aplica

-**Instalações sanitárias:** sim

-**Movimentação no interior:** até ao altar-mor.

### **3.4 Comentários aos roteiros analisados**

De uma forma geral, os dois roteiros servem para mostrar como as pessoas de mobilidade reduzida acabam por não usufruir plenamente do património artístico e do turismo religioso em Braga. Esta situação deve-se à falta de acessos – sobretudo, rampas – e, quando as há, são, frequentemente, demasiado íngremes e estreitas, o que nos leva a concluir que as rampas que deveriam constituir uma solução para um problema, acabam por ser um problema para resolver também.

Damos como exemplo deste tipo de falha o que acontece com a Igreja de São Victor (mencionada no primeiro roteiro). Sendo um dos grandes pontos de referência do turismo religioso em Braga, o seu acesso por pessoas usando cadeira de rodas é limitado por não existir uma rampa adequada.

Numa conversa com o sacerdote da Paróquia tivemos conhecimento de que o monumento está classificado como IIP (Imóvel de Interesse Público) e como tal só com uma autorização do IGESPAR se poderá dar início à obra.

Como este, existem outros casos que se estendem desde o centro da cidade (como acontece com a Igreja de São Paulo que carece de uma rampa de acesso) às suas imediações (do que é um bom exemplo o Santuário do Bom Jesus., que ,uma vez mais, dispendo de rampa, esta é muito inclinada).

### **3.5 Melhorias propostas**

Os roteiros propostos neste projeto representam por si só uma melhoria, dado que esperamos que chamem a atenção das entidades públicas e privadas para a falta de acessos em determinados locais e percursos de interesse patrimonial e turístico aqui sugeridos.

Dar conhecimento destes roteiros a pessoas de mobilidade reduzida é também um dos nossos objetivos. Pessoas de mobilidade reduzida, sabendo que projetos como estes estão a ser sugeridos, sentir-se-ão motivadas para participar na oferta deste tipo de produto turístico e

ficamos esperançados de que ocorram as mudanças necessárias. Desta feita, a mudança terá pernas para andar, pois fica formulada uma causa e pessoas que se interessam pela mesma e, mais, que pretendem alargar este interesse aos demais que não estão ainda sensibilizados para participar em visitas deste tipo.

Uma vez feito o levantamento destes casos constata-se que outras mudanças deverão ser tomadas em conta. Levar a cabo obras para a construção de rampas de acesso é uma delas. Estas deverão ter em consideração a fórmula citada na secção 2.2 (Mecanismos Usados Para Facilitar a Mobilidade) de forma a perceber se cada rampa não é demasiado íngreme, correndo o indivíduo risco de derrapar, nem demasiado estreita, permitindo assim maior liberdade e margem de manobra na deslocação.

## 4 Conclusões

Atualmente, existem já alguns roteiros acessíveis na cidade de Braga dirigidos para o nosso público-alvo, comprovando a importância destes roteiros para a inclusão das pessoas com mobilidade reduzida. O município nos últimos anos tem apostado na criação de novos percursos, o que permite que novos roteiros possam ser desenvolvidos.

A associação ADOC desenvolve roteiros para as pessoas com mobilidade reduzida sendo disso exemplo, a rota cultural ao espaço da “Braga Romana” para pessoas com mobilidade motora reduzida; um outro roteiro apaixonante é o Caminho de Santiago, entre outros.

Assim, o projeto que agora apresentamos é mais uma proposta para ser implementada e executada, pois o património barroco e rococó em Braga, um património importante, não está preparado para as pessoas com mobilidade reduzida. As igrejas possuem rampas muito inclinadas e por vezes verifica-se mesmo a sua total ausência, o que deixa a pessoa dependente do próximo. Assim, desejamos que este projeto contribua como um alerta e que contribua para a reparação destas falhas para que as pessoas com mobilidade reduzida e/ou utilizando cadeira de rodas possam disfrutar deste tipo de património cultural e religioso.

O Turismo, particularmente o centrado no património cultural (neste caso, arquitectónico e artístico) e o turismo religioso têm assumindo progressivamente um escrutínio mais crítico e preocupado, observando-se, nos últimos anos, alterações quer na acessibilidade quer no apoio a lugares de acesso a locais vedados a pessoas com mobilidade reduzida pela estrutura arquitectónica dos edifícios. No entanto, deseja-se que as entidades por eles responsáveis tenham mais coragem na aquisição de novos recursos que resolvam este tipo de dificuldades.

O direito à acessibilidade é um meio de garantir que as pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida possam usufruir do direito de circularem e de utilizarem os espaços de forma plena e livre de barreiras. O direito de acesso, sobretudo para as pessoas com deficiência, foi assegurado na Constituição Portuguesa e em diversas normas infra-constitucionais, todavia, o que se constata ainda é a existência de igrejas, por exemplo, barrocas e rococó que não estão preparadas para garantir a acessibilidade a estas pessoas.

Afinal, o direito à acessibilidade é um requisito constitucional que surge, atualmente, como um direito fundamental, sobretudo, para a pessoa com deficiência. Para que estas

pessoas possam usufruir de modo pleno e absoluto desse direito fundamental, é essencial que se lhes assegure a capacidade de circular pelos espaços de forma livre e com autonomia, e, no caso das igrejas, será útil recordar que a Igreja é casa de Deus que é casa de Todos.

#### **4.1 Síntese trabalho efetuado**

No decorrer da realização do projeto desenvolvido concluímos que as propostas de roteiros que apresentamos são viáveis, sendo a maior parte das metas alcançáveis, ainda que persistam, por vezes, situações complicadas, sobretudo em zonas outrora designadas como sendo extramuros da cidade (São Vicente e São Victor), onde o pavimento é muito irregular, o que provoca desconforto ao público com mobilidade reduzida e/ou usando cadeira de rodas. No entanto, desenvolvemos estratégias adequadas, dentro das possibilidades e condições oferecidas pelas entidades que participaram no roteiro e tendo em atenção as condições da própria cidade.

Desejariamos que este projeto alcançasse a atenção das entidades da cidade, contribuindo para encorajar processos de decisão, de conquista e práticas direcionadas para o turismo acessível, através de uma consciência acrescida das vantagens que advêm da conquista de um novo público em termos económicos, sociais e culturais e pelos benefícios que entidades públicas e privadas poderiam proporcionar para pessoas com deficiência motora e com mobilidade reduzida e/ou utilizando cadeira de rodas.

#### **4.2 Resultados mais importantes**

Os resultados obtidos foram podermos verificar que é possível promover o turismo acessível, sendo necessários a colaboração e o contributo de várias entidades para promover a cultura da acessibilidade junto da comunidade e superar algumas fragilidades nas condições de acessibilidade. É evidente que este será um processo demorado, mas são necessários primeiros passos para dinamizar e encorajar bons inícios para este processo de caminhar com destino ao turismo acessível, revelando já a cidade de Braga capacidade de ser uma cidade acessível, nomeadamente no seu centro, no coração da cidade.

As sugestões que apontamos vão no sentido de contribuir para se ultrapassarem algumas dificuldades detetadas em relação ao visitante com deficiência motora, de forma a melhorar as condições de acessibilidade na oferta turística da cidade. Evidencia-se, a necessidade de:

- Adaptar as condições existentes nas igrejas e monumentos civis;
- Incentivar a participação das pessoas com deficiência motora, na vida religiosa e em programas no âmbito do turismo cultural na cidade;
- Melhorar as condições físicas de acessibilidade nos locais que indicámos

### **4.3 Trabalho futuro**

No futuro, e de maneira a colaborar para a construção de um turismo para todos, para as pessoas com deficiência motora que se isolam na sua residência, é necessário continuar a providenciar-lhes ajudas e continuar a sensibilizá-las para a participação ativa na sociedade.

Será necessário alcançar os diferentes componentes do sistema turístico e outros serviços que lhe estejam associados na realização de boas práticas. É também importante que continuem a surgir novas reflexões e orientações no campo da acessibilidade.

Por último, é necessário persistir em motivar as pessoas com necessidades especiais para participarem em atividades turísticas. A responsabilidade de gerir a mudança passa pelos organismos públicos e privados, mas também por toda a população em geral, por mim, por si e por todas as pessoas que contribuem para uma sociedade mais justa, una e humana



## Bibliografia

- Almeida, Álvaro Duarte de; Belo, D. (2007). *Portugal património : guia-inventário*.
- AR, A. da R. (2005). Constituição da República Portuguesa. Retrieved May 20, 2015, from <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Azeredo, António Carlos Bastos, N. C. B. (Rev. . (2007). *Braga*.
- Bandeira, Miguel Melo, Braga d'outros Tempos –Braga Virtual, C. M. de B. (2005). Campo da Vinha. Retrieved August 17, 2016, from <http://www.bragavirtual.com/index.php?lang=pt&section=campodavinha>
- Bandeira, M. M. (2003). *Trinta e três passos virtuosos do Barroco em Braga*.
- Camara Municipal de Braga. (1950). *Guia de Braga, Arte e Turismo*.
- Copyright OrthorehAB. (2015). Ortho Reab. Retrieved July 28, 2016, from <http://www.orthorehab.pt/>
- Costa, L. (1985). *Roteiro Monumental e Histórico do Centro Cívico*.
- Costa, L. (1998). *A Sé de Braga: Algumas breves notícias sobre a Catedral de Santa Maria*.
- Costa, M. (2013). *Adoro conhecer Braga. Percursos turísticos e culturais da capital do Minho*.
- Cunha, L. (2010). A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. Retrieved January 4, 2015, from <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/665/A+Defini?sequence=1>
- de Portugal, T. (2012). Guia de Boas Práticas de Acessibilidade na Hotelaria. *Lisboa, Turismo de Portugal*.
- Diário da República, I Série, Decreto-Lei n.º 123/97, de 22/05. (1997). Decreto-Lei n.º 123/97 de 22 de Maio. Retrieved September 8, 2016, from <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc001.pd>
- Dias, Reinaldo; Cassar, M. (2005). *Fundamentos do marketing turístico*. dicionario sensagent. (n.d.).
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-a). Antigo Paço Episcopal Bracarense. Retrieved June 4, 2015, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73930/>
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-b). Antigo Paço Episcopal Bracarense, onde está instalada a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. Retrieved January 21, 2016, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73930/>
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-c). Convento, Colégio e Igreja dos Congregados. Retrieved June 4, 2015, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74586/>
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-d). Igreja de São Vicente. Retrieved July 26, 2016, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73975/>
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-e). Igreja dos Terceiros. Retrieved February 20, 2016, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio->

- imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156322/
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-f). Igreja e Convento do Pópulo. Retrieved June 4, 2016, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74658/>
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-g). Igreja Paroquial de São Vítor. Retrieved February 20, 2016, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73727/>
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-h). Palácio do Raio. Retrieved April 3, 2016, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74588/>
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-a). Arco da Rua do Souto. Retrieved January 1, 2015, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70320/>
- Direção Geral do Património Cultural. (n.d.-b). Sé de Santa Maria de Braga. Retrieved June 4, 2015, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70462/>
- DN-Diário de Noticias. (2015). Bom Jesus de Braga candidato a Património da Humanidade. Retrieved August 7, 2016, from <http://www.dn.pt/portugal/interior/bom-jesus-de-braga-candidato-a-patrimonio-da-humanidade-4691229.html>
- Etchis and Social Responsibility. (1999). Código de ética mundial para o turismo. Retrieved May 20, 2015, from [http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil\\_0.pdf](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf)
- Ferreira, R. (n.d.). Campo dos Arcebispos, dos Touros ou Praça do Município? Retrieved July 21, 2016, from <http://bragamaior.blogspot.pt/2012/09/campo-dos-arcebispos-dos-touros-ou.html>
- Figueira, Vitor Manuel do Sacramento; Dias, R. (co-autor). (2011). *A responsabilidade Social no Turismo*.
- Gomes, A. P. (2009). A Arte de e para superar a Vida. *Saber & Educar*, (14).
- Gonçalves, Cristina, C.-I. (2003). Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001. Retrieved March 18, 2016, from [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=Censos&xpgid=ine\\_censos\\_estudo\\_det&menuboui=13707294&contexto=es&ESTUDOSest\\_boui=106259&estudosmodo=2&selTab=](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=Censos&xpgid=ine_censos_estudo_det&menuboui=13707294&contexto=es&ESTUDOSest_boui=106259&estudosmodo=2&selTab=)
- Gouveia, Pedro Homem; Simões, Jorge Falcato (co-autor); Mendes, D. (Co-autor). (2010). *Turismo Acessível em Portugal: Lei, Oportunidades Económicas, Informação*.
- Guerreiro, Sabrina; Pinto, Liliana, co-autor; Braga. Arquidiocese. Instituto de História e Arte Cristãs, ed. lit.; Abreu, João Paulo Leite de, co-autor; Fernandes, Delfim, co-autor; Mesquita, José, F. (2011). *Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco*.
- Guiddens, A. (2000). O mundo na era da globalizaçã{o}. *Trad. Saul Barata*, 3.
- Hatem, D. M. (n.d.). Bengalas, Muletas e Andadores – Tipos e Usos. Retrieved September 20, 2016, from <http://www.quadrilcirurgia.com.br/bengalas-e->

- muletas.html
- INE-Censos. (2011). Quadros população. Retrieved March 19, 2016, from [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros\\_populacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao)
- INR. (2006). Plano de Acção sobre Deficiência/Incapacidade do Conselho. Retrieved May 20, 2015, from <http://www.inr.pt/uploads/docs/relacoesinternacionais/planoaccaofinal.rtf>
- INR. (2011). Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência - publicação oficial. Retrieved May 20, 2015, from <http://www.inr.pt/content/1/830/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-publicacao-oficial>
- Invacare, P. (n.d.). Trusted Solution, Passionate People. Retrieved July 28, 2016, from <http://www.invacare.pt/pt#content>
- LilianaPinto; Sabrina Guerreiro; Joana Leandro; José Paulo Leite de Abreu (textos); Manuela Ferreira Pitães (fotografia). Braga: (2011). *A Igreja de São Paulo – Braga*.
- Little, K. (1994). The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies. JOHN URRY. *American Ethnologist*, 21(4), 940–941.
- LOURO, Cristina, C. (2001). *Acção social na deficiência / coordenação de Cristina Louro*.
- Mendes, F. (1994). *Guia de Braga Turístico e Histórico*.
- Moura, Ana Carolina- Aded - revista de arquitetura, design e decoração. (2015). Como Projetar Rampa corretamente. Retrieved July 26, 2016, from <http://adedmanaus.blogspot.pt/2015/11/como-projetar-um-rampa-corretamente.html>
- Neiva, C., Rodrigues, D. S., & Ramos, R. A. R. (2013). Redes pedonais para pessoas com mobilidade reduzida: exercício de avaliação multicritério em Braga, Portugal. In *XXVII ANPET-Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes* (pp. 1–12).
- Neves, Carlos Santos, RTP Noticias. Associação Portuguesa de Deficientes denuncia “omissões graves” (2011). Retrieved from [http://www.rtp.pt/noticias/pais/associacao-portuguesa-de-deficientes-denuncia-omissoes-graves\\_n428497](http://www.rtp.pt/noticias/pais/associacao-portuguesa-de-deficientes-denuncia-omissoes-graves_n428497)
- Nolan, Mary Lee; Nolan, S. (1989). *Christian Pilgrimage in Modern western Europe*.
- Oliveira, E. P. de et al. (2011). *Arte no Minho*.
- Oliveira, E. P. de. (1993). *Estudos sobre o século XVIII em Braga: História e Arte*.
- Oliveira, E. P. de. (1996). *A Sé de Braga e Dom Rodrigo de Moura Teles*.
- Oliveira, Eduardo Pires de (Coord. Texto); Silva, L. M. (Fotografia). (2014). *Braga de André Soares / Braga by André Soares*.
- Oliveira, L. G. (2014). *Diversidade na Natureza*.
- Pereira, J. F. (1989). *Braga, Dicionário da Arte Barroca em Portugal*.
- Pérez, X. P. (2009). *Turismo Cultural, Uma visão antropológica*.
- Pinheiro, F. (2009). *A freguesia de S. Vicente: Uma Joia Patrimonial, Cultural e Humana (75 anos de afirmação e mérito)*.
- Proença, Maria José; Matos, Luís de, F. (2010). *História da Imagem de Nossa Senhora dos Desamparados e do Senhor dos Aflitos*.
- Queirós, J. (1948). *Cerâmica Portuguesa*.
- Ramos, R. de C. P. F. (2013). Turismo Sustentável: O que é turismo sustentável? Retrieved June 2, 2015, from <http://www.sustentavelturismo.com/2011/04/o-que-e-turismo-sustentavel.htm>
- Ruchaud, G. (2011). Como Projetar Rampas. Retrieved July 26, 2016, from

- <http://portalarquitetonico.com.br/como-projetar-rampas/>
- Santos, B. de S. (1991). Subjectividade, cidadania e emancipação.
- Saúde, M. da. (2004). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Retrieved November 21, 2015, from [http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF\\_port\\_2004.pdf](http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_2004.pdf)
- Silva, L. F. B. (2012). *Projeto, Desenvolvimento e implementação de um “guiador” num andarilho motorizado*.
- Simões, J. M. dos S. (1979). *Azulejaria em Portugal no século XVIII*.
- Sipa. (n.d.). Santuário do Bom Jesus do Monte. Retrieved June 4, 2015, from [http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/sipa.aspx?id=5694](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5694)
- Smith, R. C. (1970). *Três estudos bracarenenses*, *Belas-Artes, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*.
- Smith, R. C. (1973). *André Soares, arquitecto do Minho*.
- Súmula Relatório Brundtland. (1991). Mudanças climáticas. Retrieved June 2, 2015, from <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/91>
- Team, A. (2016). A milagrosa história de Nossa Senhora dos Desamparados. Retrieved July 26, 2016, from <http://pt.aleteia.org/2016/04/28/a-milagrosa-historia-de-nossa-senhora-dos-desamparados/>
- Vários. (1976). *Tesouros Artísticos de Portugal*.
- Vários, D. (2010). *Guia American Express - Norte de Portugal e Galiza*.
- Vasconcelos, M. da A. J. de. (1992). *Breve Notícia das Obras Realizadas pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal*.
- Veloso, Manuel de Oliveira; Soares, Franklim Neiva, C. (2001). *Guia da Igreja do Pópulo*.
- Vilhena, I. (Correio do M. (2015). Entrada paga na Sé de Braga triplica o número de visitantes. Retrieved August 7, 2016, from <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=88994>
- World Tourism Organization Unwto. (2010). Unwto Annual Report. Retrieved June 2, 2015, from <http://media.unwto.org/sites/all/files/pdf/finalannualreportpdf.pdf>
- World Tourism Organization Unwto. (2012). Understanding Tourism: Basic Glossary. Retrieved June 2, 2015, from [http://www.unite.it/UniTE/Engine/RAServeFile.php/f/File\\_Prof/VaccArelli\\_1399/Glossary.pdf](http://www.unite.it/UniTE/Engine/RAServeFile.php/f/File_Prof/VaccArelli_1399/Glossary.pdf)

# Anexos

## Folhetos



Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Património e Turismo e Cultural

2º Ano-Pós Graduação



### Quem somos e o que fazemos

ADOC - Associação de Ocupação Constante, é uma instituição sem fins lucrativos desde 2000.

Procura a capacitação pessoal, o aumento da capacitação da juventude, tanto pessoal, social, bem como profissionais, a fim de promover a cooperação para o desenvolvimento, estudo e revitalizar o património histórico. O trabalho da associação centra-se na divulgação do património cultural para a pessoa com mobilidade reduzida (física, auditiva e visual). [wiki-edu.org](http://wiki-edu.org)

APD— Associação Portuguesa de Deficientes é uma organização de pessoas com deficiência, constituída e dirigida por pessoas com deficiência. Enquanto organização de direito humano, tem por objeto a promoção e defesa dos interesses gerais, individuais e coletivos das pessoas com deficiência em Portugal.

«Braga Barroca»  
Roteiros para pessoas com mobilidade reduzida

**Mobilidade Reduzida  
principalmente em cadeira de rodas**



Nome: Custódia Rosas

Nº PG 27249

Data: 31-10-2016